



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXV — N.º 81

SÁBADO, 1.º DE AGOSTO DE 1970

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 93.ª SESSÃO EM 31 DE JULHO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. EDMUNDO LEVI

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Milton Trindade — Sebastião Archer — Victorino Freire — Petrônio Portella — Waldemar Alcântara — Dinarte Mariz — Manoel Villaça — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — João Cleofas — Arnon de Mello — José Leite — Josphat Marinho — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Raul Giuberti — Paulo Tôrres — Vasconcelos Torres — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Ney Braga — Mello Braga — Antônio Carlos — Guido Mondin — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER N.º 810, DE 1970

da Comissão de Finanças, sobre o Ofício S-11/70, do Sr. Prefeito do Município de Ijuí — Rio Grande do Sul — solicitando ao Senado Federal licença para transacionar com o exterior, com o fim de adquirir do Grupo Industrie Eletro Meccaniche Impiant All "Estero", com sede em Milão, Itália, a maquinaria necessária para instalação do 2.º Grupo Gerador da Usina de Passo de Ajuricaba.

Relator: Sr. Mem de Sá

O Senhor Prefeito Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 42, IV, da Constituição, solicita ao Senado Federal autorização para aquele Município obter financiamento externo para aquisição, junto ao "Grupo Industrie Eletro Meccaniche per Impiant All "Estero" S. A. — Milão — Itália — equipamentos eletromecânicos destinados à complementação da Central Hidroelétrica de Passo de Ajuricaba".

2. Pelo mesmo documento, o Chefe do Executivo do Município de Ijuí esclarece que "a mencionada Central Hidroelétrica funciona desde 1959, sendo projetada para 2 (dois) grupos de 2 MW (mega-watts), um deles já funcionando, e que as obras civis para instalação do 2.º grupo acham-se concluídas, faltando sómente a inclusão

da máquina e pequenas obras advindas da colocação do equipamento."

3. Conforme pode constatar-se da leitura dos documentos anexos ao processado (cláusula 5.ª do Contrato de Compra e Venda), o valor inicial do fornecimento era de Lit.

171.718.750,00 (cento e setenta e um milhões, setecentos e dezoito mil, setecentos e cinqüenta Liras Italianas). Posteriormente (2-6-1970), foi realizado Aditamento ao Contrato celebrado entre a Prefeitura de Ijuí e o referido "Grupo" que ratificou e modificou o Contrato anterior, elevando o valor do financiamento para Lit. 214.648.437,00 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete Liras Italianas) compreendendo:

Lit.

- a) Equipamento 154.843.750,00
- b) Transporte marítimo e seguro 7.500.000,00
- c) Montagem 9.375.000,00

Os referidos valores são reajustáveis conforme fórmulas e condições estabelecidas na cláusula 4.ª do referido Aditivo, a serem pagas da seguinte forma:

- 5% (cinco por cento) do valor total do financiamento, ou seja: Lit. 10.732.420,00 (dez milhões, setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte Liras Italianas) — pagos imediatamente após a entrada em vigor do contrato;
- 10% (dez por cento) do valor total do financiamento, ou seja: 21.464.842,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta



EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

Tiragem: 15.000 exemplares

e quatro mil, oitocentos e quarenta e duas Liras Italianas), em parcelas proporcionais ao valor da mercadoria pronta para embarque;

— 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total do financiamento, ou sejam: Lit. 182.451.175,00 (cento e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinqüenta e um mil, cento e setenta e cinco Liras Italianas), em 5 (cinco) prestações semestrais a partir do 24º (vigésimo quarto) mês da entrada em vigor do Contrato, com um juro de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o saldo devedor, contado a partir do 14º (décimo quarto) mês da entrada em vigor do contrato, que é considerado convencionalmente como das expedições dos materiais.

4. A solicitação do Sr. Prefeito do Município de Ijuí, está instruída com os seguintes documentos indispensáveis para apreciar pedidos desta na-

turéza (art. 343, letras a e b do Regimento Interno):

a) parecer do órgão encarregado da política econômico-financeira do Governo Federal para a operação;

b) publicação oficial do texto de autorização do Legislativo Estadual, para a operação (Lei Municipal n.º 1.094, de 21 de agosto de 1968 e o Processo n.º 936/70 — na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul — Parecer conjunto das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento).

5. É de ressaltar-se que a aprovação da Assembléia Legislativa Estadual se fundamenta no que estabelece o art. 27, item XI, da Constituição promulgada em 27-1-70, que diz:

"Art. 27 — É da competência exclusiva da Assembléia:

XI — aprovar as propostas de empréstimos, operações ou acordos externos do Estado, e opinar sobre os dos Municípios, encaminhando-os ao Senado Federal".

6. Consta do processado, além de farta documentação que esclarece com

bastante detalhe a finalidade do empréstimo, os seguintes pareceres, todos favoráveis à operação:

a) Termo do Contrato, celebrado entre a Prefeitura Municipal e o Fornecedor (folha 5);

b) Termo de Aditamento ao Contrato (folha 14);

c) Decreto n.º 31.444, de 11 de setembro de 1962 que "outorga à Prefeitura Municipal de Ijuí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica";

d) Ofício n.º 1.646 — de 5-12-69 — do Ministério das Minas e Energia — 1º Distrito do DNAE — RGS — comprobatório do título de concessão para o aproveitamento de energia hidráulica;

e) Parecer conjunto das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento (na forma do art. 27, XI, da Constituição) para a operação;

f) Documentação fotográfica da Usina Hidrelétrica.

7. Diante do exposto, estando devidamente explicada a operação e atendidas, no caso, as exigências legais, a Comissão de Finanças opina pela con-

cessão da autorização pleiteada, desde que satisfeitas as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 59, DE 1970

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul — a realizar operação de financiamento externo para adquirir do "Grupo Industrie Eletro Meccaniche per Impianti All "Estero" SpA — Milão — Itália, equipamentos eletromecânicos destinados à complementação da Central Hidroelétrica de Passo de Ajuricaba, naquele Município."

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Ijuí — Estado do Rio Grande do Sul — autorizada a realizar operação de financiamento externo com a firma Grupo Eletro Industrie Meccaniche per Impianti All "Estero" SpA — Milão — Itália, para aquisição de equipamentos eletromecânicos destinados à complementação da Central Hidroelétrica de Passo de Ajuricaba, no valor de Lit. 214.648.437,00 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete Liras Italianas), que será pago em 5 (cinco) parcelas semestrais, a partir do 24.º mês de vigência do contrato, nas condições, prazos e valores constantes das cláusulas do Contrato e respectivo Aditivo, assinado entre o fornecedor e o Governo Municipal, à taxa de juros fixada pelo Banco Central do Brasil, desde que atendidas as demais exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30 de julho de 1970. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Mem de Sá, Relator — Petrônio Portella — Carlos Lindenberg — Flávio Brito — Raul Giuberti — Júlio Leite — Guido Mondin — Mello Braga — Waldemar Alcântara.

PARECERES

N.º 501 E 542, DE 1970

sobre o projeto de resolução da Comissão de Finanças, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí — Estado do Rio Grande do Sul, a realizar operação de financiamento externo para adquirir, do Grupo Industrie Eletro Meccaniche per Impianti All "Estero", com sede em Milão, Itália, a maquinaria necessária para instalação do 2.º Grupo Gerador da Usina de Passo de Ajuricaba.

PARECER N.º 501

Da Comissão de Constituição e Justiça
Relator: Sr. Carlos Lindenberg

Apresentado pela Comissão de Finanças, nos termos regimentais, o presente projeto de resolução autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí — Estado do Rio Grande do Sul, a realizar operação de financiamento externo, com a firma italiana que menciona, no valor de duzentos e quatorze milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete Liras Italianas (Lit 214.648.437,00), para aquisição de equipamento eletromecânico destinado à complementação da Central Hidroelétrica do Passo de Ajuricaba.

2. A Comissão de Finanças, incumbida do exame do mérito da matéria, opina pela concessão da autorização solicitada, devendo a operação realizar-se à taxa de juros fixada pelo Banco Central do Brasil e desde que atendidas às demais exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

3. No que compete a esta Comissão examinar, verifica-se terem sido atendidas as exigências constitucionais (art. 42, IV, da Constituição) e regimentais (arts. 342 e 343 do Regimento Interno), com a junta das seguintes documentos:

a) parecer do Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda;

b) publicação oficial contendo o texto da Lei Municipal n.º 1.094, de 21 de agosto de 1968;

c) parecer (Processo n.º 936/70) conjunto, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento da Assembléa Estadual do Rio Grande do Sul.

Quanto ao último documento, é de se observar que, nesse Estado, o procedimento seguido compete ao disposto no art. 27, item XI, da Constituição Estadual, que dá competência à Assembléa para opinar os empréstimos externos dos Municípios.

4. Diante do exposto, esta Comissão julga o presente projeto de resolução em perfeitas condições jurídicas e constitucionais.

Sala das Comissões, em 30 de julho de 1970. — Petrônio Portella, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — Argemiro de Figueiredo — Júlio Leite — Antônio Carlos — Guido Mondin — Mem de Sá.

PARECER N.º 502

Da Comissão dos Estados para
Alienação e Concessão de Terras
Públicas e Povoamento

Relator: Sr. Guido Mondin

O Prefeito Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, em ofício de 26 de junho do corrente ano, dirigido ao Presidente do Senado Federal, solicita a competente autorização desta Casa para efetuar operação de empréstimo externo.

A operação será efetuada com o "Gruppo Industrie Eletro Mecaniche per Impianti All'Estero SPA — Milão — Itália", no valor de Lit. 214.648.437,00 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete liras italianas), pagáveis em quatro anos, com dois de carência, e destina-se à aquisição de equipamento eletromecânico para a complementação da Central Hidroelétrica do Passo do Ajuricaba que, segundo informa o Prefeito, funciona desde 1959.

2. A Comissão de Finanças opina pela concessão da autorização solicitada, nos termos do presente projeto de resolução, o qual foi julgado jurídico e constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça.

3. No que compete a esta Comissão examinar, nada há que possa ser oposto ao projeto. Ao contrário, todas as medidas que trazem melhores condições de vida para as populações interioranas só podem merecer nossa concordância.

4. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 30 de julho de 1970. — **Waldemar Alcântara**, Presidente eventual — **Guido Mondin**, Relator — **Petrônio Portella** — **Argemiro de Figueiredo** — **Ruy Carneiro** — **Flávio Brito** — **Antônio Carlos**.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — A Presidência, conforme comunicação feita na Sessão de 29 de julho, recebeu Ofício do Sr. Governador do Estado da Bahia solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de financiamento externo destinada à aquisição de máquinas e equipamentos gráficos, a fim de ampliar a Imprensa Oficial da Bahia.

O referido pedido ficou aguardando, na Secretaria-Geral da Presidência, a complementação dos documentos exigidos no art. 343 do Regimento Interno.

Tendo a Presidência recebido os documentos necessários, a matéria será despachada às Comissões de Finanças, Constituição e Justiça e dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 66, de 1968 (n.º 1.190-B/63, na Casa de origem), que disciplina a extração de calcário e estabelece normas para a produção de corretivo cálcico para uso agrícola, tendo PARECERES, sob n.os 1.077, 1.078, 1.079, de 1968, e 464, 465 e 466, de 1970, das Comissões: — de Minas e Energia: 1.º pronunciamento, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece; 2.º pronunciamento (por determinação da Presidência), confirmando o parecer anterior; — de Constituição e Justiça: 1.º pronunciamento, favorável, na forma do Substitutivo-CME; 2.º pronunciamento (por determinação da Presidência), confirmando parecer anterior; — de Agricultura: 1.º pronunciamento, favorável, nos termos do Substitutivo-CME; 2.º pronunciamento (por determinação da Presidência), confirmando o parecer anterior.

O projeto já teve a discussão encerrada.

Sendo evidente a falta de quorum, a votação do projeto fica novamente adiada para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) —

Item 2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 71, de 1968, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que acresce parágrafo a artigo da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), tendo PARECERES, sob n.os 44, 45 e 46, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, pela rejeição; — de Agricultura, pela rejeição.

O projeto teve a discussão encerrada na Sessão de ontem e deveria ser submetido à votação hoje.

Não havendo quorum, a votação do projeto fica transferida para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) —

Item 3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 485, de 1970) do Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1964, que dispõe sobre a profissão de protético dentário, emendado pela Câmara dos Deputados.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 485, DE 1970 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1964, emendado pela Câmara dos Deputados. Relator: Sr. Antônio Carlos.

Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1964, emendado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a profissão de protético dentário.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970. — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Antônio Carlos**, Relator — **Mem de Sá**.

ANEXO AO PARECER N.º 485, DE 1970

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1964, emendado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a profissão de protético dentário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Protético é a pessoa legalmente habilitada a quem o cirurgião-dentista, no exercício de sua profissão, entrega a execução mecânica de trabalhos de prótese.

Art. 2.º — O exercício da profissão de protético, em todo o território nacional, só é permitido aos que estiverem devidamente habilitados e inscritos no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, para o Distrito Federal, e nos respectivos Serviços Sanitários, para os Estados e Territórios, e inscritos no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se encontre o local onde exerce sua atividade.

Parágrafo único — A inscrição a que se refere este artigo é obrigatória, tanto para os protéticos proprietários de oficinas isoladas como, também, para os que funcionem em oficinas anexas a consultórios dentários.

Art. 3.º — Para gozar dos direitos conferidos por esta Lei os protéticos deverão submeter-se a uma prova prática, que versará sobre a confecção de trabalhos de prótese comum, devendo o pedido de inscrição, para o referido exame, ser dirigido ao Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, para os residentes no Distrito Federal, e aos respe-

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 58, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 58, de 1970, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição da Universidade de Brasília, pelo prazo de um ano, o Auxiliar Legislativo, PL-9, Geraldo Caetano Filho, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — Está encerrada a Sessão.
(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 30 minutos.)

EXPOSIÇÃO DO SR. MINISTRO MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES, MINISTRO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, E DISCURSOS DOS SRS. SENADORES JOSÉ ERMÍRIO, VASCONCELOS TORRES, EURICO REZENDE, ATTÍLIO FONTANA, CARLOS LINDBERG E FLÁVIO BRITO, PROFERIDOS NA SESSÃO DE 22-7-70 E QUE, ENTREGUES À REVISÃO, SERIAM PUBLICADOS POSTERIORMENTE.

O SR. MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES (Lê.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, ao comparecer, pela primeira vez, como Ministro de Estado a uma das Casas do Congresso Nacional, devo declarar, antes de mais nada, meu respeito por essa instituição política em que se afirma um dos Poderes da República.

No exercício de outras funções governamentais, mantive frequente contato com Senadores e Deputados. Sempre recebi deles compreensão para as tarefas a cumprir. Daqui sempre levei aos altos escalões do Poder Executivo, a que servia, palavras e disposições patrióticas.

Sei, portanto, que aos congressistas não falta sensibilidade para a obra de renovação e de desenvolvimento empreendida pela Revolução brasileira, a qual eclodiu e se processa com a inspiração e a ajuda dos representantes do povo. O Governo do Presidente Médici, em particular, tem recebido do Congresso o estímulo adequado às suas altas responsabilidades e às responsabilidades gerais dos órgãos de direção nacional.

Sinto-me, assim, à vontade para iniciar este diálogo e renová-lo sempre que oportuno. Move-me a certeza de que há entre nós, como objetivo comum, o mesmo propósito de pesqui-

sar métodos próprios a tornar mais eficiente a ação do Governo e dos seus Poderes.

A colaboração entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, que começa na troca de informações e de idéias e se completa na adoção de leis e medidas que traduzem o entendimento comum dos problemas e das suas soluções, é o ponto culminante em que se afirma o equilíbrio institucional, indispensável ao desenvolvimento econômico e à paz social.

Homenageando o Congresso Nacional, neste primeiro contato, em que compareço ao Senado Federal, ponho-me à disposição dos Senhores Senadores e dos demais Senhores Congressistas para aqui ou na Câmara dos Deputados, quando entenderem necessária minha presença, ou no Ministério da Indústria e do Comércio, prestar-lhes as informações de que necessitem para a avaliação dos problemas da pasta e para sua própria tomada de decisões.

Quero ainda dizer aos Senhores Congressistas que o Ministério que me foi confiado pelo eminente Senhor Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, se dedica à solução do complexo de problemas que lhe são afetos com a consciência das dificuldades inerentes a uma hora em que o Brasil rompe bloqueios tradicionais ao seu desenvolvimento com a consciência das dificuldades, mas também com a certeza de que, quando a nação se mobiliza, como agora, não há obstáculos intransponíveis. Para esse esforço precisamos das luzes e da colaboração de Vossas Excelências.

1. A COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ EM 1970

A partir de fevereiro do corrente ano, a nossa política objetiva a defesa das cotações internacionais e o cuidadoso acompanhamento dos fatores de mercado, visando a um fluxo regular e contínuo das exportações.

De fato, na atual conjuntura de produção, após as fortes geadas de julho de 1969, que reduziram drásticamente a produção brasileira, a elevação dos preços do café se havia efetuado a um ritmo mais rápido do que o ajustamento dos elementos de defesa de mercado adotados pelo IBC, através da fixação dos preços internos de garantia. Em decorrência, as

cotações internacionais do café brasileiro encontravam-se sem o necessário suporte, face ao desajustamento entre o sistema de preços de garantia do IBC ao nível do produtor e os preços dos cambiais vigentes para a exportação. Essa, a situação encontrada em fevereiro.

Outrossim, a disponibilidade de cafés do interior e nos portos atingia a um volume de 12,5 milhões de sacas, com elevadas concentrações nos disponíveis dos portos. O ritmo das exportações, que havia registrado no primeiro trimestre do ano-convênio 1969/1970 um volume adequado de embarques com média mensal de 1,7 milhões de sacas, indicava uma retração potencial uma vez que os embarques de janeiro e fevereiro não alcançaram a média dos 1,3 milhões de sacas.

Por conseguinte, à retração potencial das exportações correspondia uma inadequada pressão de vendas decorrente da disponibilidade física de cafés no interior e nos portos, sem os necessários mecanismos de suporte. A concomitância desses fatores poderia conduzir, a curto prazo, a uma diminuição dos preços internacionais do café brasileiro, em flagrante contradição com a situação de escassez relativa que se deveria manifestar quando da abertura da nova safra 1970/1971, em 1.º de julho de 1970.

A fim de fazer face a essa situação, o Governo adotou uma série de medidas, a partir de fevereiro, que paulatinamente foram eliminando os fatores de distorção com o objetivo de garantir os preços internacionais dos cafés brasileiros e ao mesmo tempo obter uma recuperação do fluxo de exportação.

A 26 de fevereiro, reajustaram-se os níveis de garantia para novos valores, a vigorarem a partir de 1.º de julho. Já no dia 7 de maio, mantendo a política gradualista de ajustes, o Governo abriu os preços para 1.º de outubro, concedendo um novo aumento de cerca de 12%, dando assim ao comércio novos instrumentos de defesa de preços para neutralizar eventuais pressões baixistas oriundas dos países consumidores.

Em meados de junho, a fim de atender a abertura da safra 1969/1970, novos ajustamentos de preços se fizeram necessários, antecipando-se,

então, os preços anteriormente fixados, de outubro para 1.º de julho. Paralelamente, fixaram-se preços a médio prazo através da abertura da garantia para 1.º de janeiro de 1971, com novo reajuste de 11%, dando assim ao comércio e à lavoura a certeza da ação governamental na política até então empreendida.

Os reajustes dos preços internos vêm sendo acompanhados das adequações respectivas nos níveis de financiamento para os produtores, permitindo que o fluxo da safra, no final no ano 1969/1970, se fizesse ordenadamente e sem sobressaltos, ao mesmo tempo em que se irrigava o interior dos Estados produtores com novos recursos visando a uma comercialização regular.

No que se refere aos preços internacionais, a ação governamental adotou um mecanismo de reajustes mensais nos valores mínimos de exportação, os quais, conjugados com a elevação progressiva dos preços internos de sustentação, determinaram a manutenção das cotações dos cafés brasileiros em níveis compatíveis com a atual conjuntura de produção. Considerando-se os preços do Santos 4, estes mantiveram-se desde fevereiro em níveis que são superiores em 50% aos níveis vigorantes no mesmo período de 1969.

A ação dessas providências permitiu que a exportação se recuperasse dos baixos níveis obtidos em janeiro e fevereiro, obtendo-se a partir de março uma média mensal de exportação superior a 1,5 milhões de sacas.

Em termos de quota, no fechamento do mês de junho, estavam já registrados para embarques, até 30 de setembro, 87% da quota anual básica, restando ainda um período de 90 dias para registro de vendas. Isto significa que necessita o IBC, para o preenchimento da quota, de 700 mil sacas mensais de novas vendas, nível mais do que razoável.

Mesmo considerando-se as fortes ampliações de quotas, em 30 de junho, estavam já registrados 3/4 do direito de exportação para 1969/1970. Isto significaria que não só se pode considerar como preenchida a quota inicial de 17.108 mil sacas, como também que o Brasil deverá utilizar uma ampla parcela dos acréscimos concedidos pela OIC.

Em termos de receita, a situação em 1970 apresenta-se mais favorável no primeiro semestre deste ano, uma vez que no primeiro semestre de 1969 obteve o Brasil uma receita cambial de 373 milhões de dólares. No entanto, até maio de 1970 a receita cambial do café havia já registrado um valor de 375 milhões de dólares, isto é, o mesmo valor do primeiro semestre de 1969. Estima-se uma receita cambial para o primeiro semestre do ano, em torno de 470 milhões de dólares, isto é, 26% superior a de 1969.

2. CONVÉNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ

Nas relações com os países consumidores, o Brasil não admitiu a tese de que os preços do café no mercado internacional alcançaram valores desorbitados, pois quando comparados com os preços de 20 anos atrás, o café perdeu, pelo menos, 50% de seu poder de compra.

Essa a posição defendida pelo Brasil nas reuniões do Convênio Internacional do Café, em Londres, no último mês de fevereiro, ao se opor aos aumentos propostos pelos países consumidores para o nível global de quotas. Na ocasião, foi possível manter uma frente comum dos países produtores, pois estes, e principalmente o Brasil, não estimularam movimentos especulativos de preços, mas simplesmente pretendiam que os ganhos obtidos em função da lei da oferta e da procura, em face da nova estrutura de produção e oferta mundial, fossem preservados.

A tradicional posição brasileira de apoio ao Convênio Internacional e aos seus mecanismos reguladores do comércio, através de um nível realista para as quotas de exportação para o ano de 1970/71, da melhoria do sistema de controles e da implementação dos programas de diversificação de culturas, será mantida na próxima reunião de agosto.

Se de um lado está o Brasil consciente de que elevações demasiadamente rápidas das cotações internacionais do café afetam negativamente o consumo mundial a longo prazo, não pode desconhecer o fato real de que a estrutura de produção, após as geadas no Brasil e o aparecimento da ferrugem no continente sul-americano, introduziu um novo fator na

equação dos preços internacionais do café.

FERRUGEM DO CAFEEIRO

A respeito desse grave problema que atingiu a cafeicultura nacional, gostaria de prestar a Vossas Excelências e, em particular aos Senhores Senadores que integram a Comissão de Agricultura, as seguintes informações, sobre o elenco das providências adotadas:

1. Em 17 de janeiro de 1970 foi constatada a ocorrência da ferrugem em uma plantação de café em Aurelino Leal, no Estado da Bahia.
2. Fevereiro de 1970 — Consultados os técnicos brasileiros de maior nome na cafeicultura, a fim de traçar programa de ação para combate à ferrugem.
3. Convidados os técnicos portuguêses Dr. Branquinho de Oliveira e Aníbal J. Betencourt, para ajudarem na elaboração do programa de ação de controle da ferrugem.
4. Visitas dos técnicos Dr. Welmann, dos Estados Unidos da América, e Schilbert, da Guatemala, às regiões afetadas, a fim de emprestarem as suas experiências à solução do problema da ferrugem.
5. Portaria n.º 46, de 2-2-70, do Ministério da Agricultura considera interditados os municípios onde foi constatada a doença.
6. Municípios vizinhos foram considerados suspeitos.
7. Foram suspensos os financiamentos de novas lavouras nos municípios contaminados.
8. Elaboração do Programa de Ação, pelos técnicos do IBC, Ministério da Agricultura e das diversas Instituições de pesquisa do País, compreendendo medidas a curto, médio e longo prazo.
9. Levantamentos realizados para diagnosticar a extensão do mal constataram a ferrugem em 200 municípios na Bahia, no Espírito Santo e em Minas Gerais, numa área de cerca de 600 km².
10. O Ministério da Indústria e do Comércio destina verba de Cr\$ 40 milhões para realizar as primeiras despesas do programa de ação. O Conselho Monetário Nacional aprova programa apresentado para a campanha de controle da ferrugem.

9. Plano elaborado para aplicação de Cr\$ 40.000.000,00, compreendendo as seguintes programações:

- estabelecimento da faixa de segurança no sentido Belo Horizonte—Rio de Janeiro;
- eliminação de focos da ferrugem acima da faixa de segurança.

Erradicação:

Indenizações
Cr\$ 0,60 por cova
+ 0,30 pelo serviço

Recepa:

Indenização
Cr\$ 0,20 por cova

— Programa de erradicação de mudas de café na área afetada.

Indenização
Cr\$ 0,10 por unidade

— Programa de pesquisa de métodos de controle químico, fungicidas, aparelhagem e de variedades resistentes.

— Programa de divulgação.

10. Constatados focos no Sul de Minas em Soledade, Nepomuceno e Santana do Jacaré, com erradicação imediata e pulverização das lavouras vizinhas.

11. Execução de programa de inspeção fitossanitária, durante o mês de julho, com o aproveitamento de 376 estudantes de agronomia.

12. Confecção de material ilustrativo para divulgação e reconhecimento da doença.

- 100.000 folhetos
- 200.000 cartazes
- 1.000.000 de volantes.

13. Instalação de ensaios para multiplicação de variedades resistentes no Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, com material resultante dos trabalhos do Instituto Agronômico de Campinas.

14. Início de levantamento e erradicação de focos da ferrugem no Município de Piranga, com o trabalho terminado num total de 70 focos.

15. Testes com aplicação de diversos fungicidas à base de cobre. Resultados muito promissores.

16. Execução de testes com novo pulverizador, que utiliza os princípios de ultra-baixo volume (UBV) e ultra-baixa dosagem (UBD) com resultados bastante animadores.

aparelhamento técnico às atividades dos negócios cafeeiros.

Estamos promovendo a implantação de um sistema capaz de dar assessoramento seguro ao Governo e aos empresários nas diversas projeções da problemática cafeeira. Instalaremos em Campinas, no Estado de São Paulo um órgão de âmbito nacional que patrocinará a pesquisa e o aperfeiçoamento de novos métodos de cultura, inclusive a defesa sanitária, beneficiamento e comercialização do café brasileiro, visando a racionalização e o barateamento dos custos. O sistema será integrado também por órgãos de pesquisa no Norte do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo, que realizarão estudos voltados para as peculiaridades de cada região geográfica, a exemplo do que tem feito o Instituto Agronômico de Campinas, que inestimáveis serviços tem prestado à cafeicultura nacional.

O órgão de âmbito nacional que instalaremos em Campinas, cidade que atualmente já é o maior centro de estudos agronômicos do País, estará apto a realizar o planejamento necessário e a recomendar e acompanhar a execução dos programas dos órgãos estaduais, tendo em vista a estruturação e execução de uma política global brasileira para o café. Aí estará sediado um centro nacional de coleta e disseminação de informações científicas sobre a economia cafeeira em todas as suas fases. Através dessa instituição, financiaremos a ampliação de pesquisas e estimularemos atividades científicas novas nas instituições existentes.

A lavoura muito se beneficiará dos estudos que serão promovidos sobre o uso de herbicidas, máquinas de colheita de café e outros métodos que redundem em diminuição de custos de produção. Ao comércio e à indústria interessarão diretamente as pesquisas que serão realizadas sobre as novas técnicas de embalagem, transporte e armazenagem de café. Participando efetivamente do esforço de integração de nossa juventude na batalha pela construção de um Brasil maior, estabeleceremos nesse órgão centros de especialização, em todos os níveis, em assuntos ligados à produção, comercialização e industrialização e concederemos bolsas de estudo para diplomados das Faculdades de Agronomia

RESULTADOS COMPARATIVOS DOS PULVERIZADORES

	Tradicional	Ultra-Baixa Dosagem
Rendimento por dia	400 pés	6.000 pés
Gastos de fungicida por ha.	7.000 grs	200 grs
Custo por ha.	Cr\$ 50,00 a 100,00	Cr\$ 5,00 a 10,00

17. Envio de 3 técnicos, um do IBC e 2 da Secretaria de Agricultura de São Paulo, à África e Portugal para conhecimento dos problemas da ferrugem.

18. Criação de uma estrutura de assistência técnica e de execução do Programa de controle da ferrugem. Execução de testes para contratação de pessoal para trabalho na campanha de controle da ferrugem. Contratação autorizada por decreto Presidencial.

— Candidatos:

- 198 Engs Agrôs
- 151 Técnicos Agrícolas

19. Criação, juntamente com o Ministério da Agricultura, do Grupo de Coordenação da Campanha de Erradicação da Ferrugem, com a finalidade de acelerar os trabalhos sem a ne-

cessidade de se formar novo órgão específico para o controle da ferrugem.

20. — Convênios assinados:

Ministério da Agricultura — 2
Estado de São Paulo — 4

FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA CAFEEIRA

O problema da "hemileia" veio ressaltar o quanto é deficiente a nossa infra-estrutura cafeeira, no que se refere à pesquisa técnica, defesa sanitária e trabalhos de genética. Os planos de desenvolvimento do País ainda dependem em muito do café, assim precisamos proporcionar o instrumental tecnológico aos que constroem essa riqueza nacional. Com esse objetivo, estamos dando um novo enfoque à criação de uma infra-estrutura de

e Economia, visando à formação de uma elite técnica em assuntos cafeeiros.

O Estado do Paraná, que não tinha qualquer instituição técnica incumbida da pesquisa no setor, nenhuma estação experimental e nunca selecionara linhagem alguma, já está para ser dotado do Instituto Agronômico do Norte do Paraná.

Para os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde absolutamente nada existe dessa estrutura tão necessária, serão criadas entidades especializadas, que se incumbirão de dar respaldo às cafeiculturas regionais.

Para finalizar, desejamos ressaltar não termos a menor dúvida de que os cafeicultores brasileiros saberão conduzir suas empresas com eficiência na eventualidade da convivência com a doença. O Governo Federal espera ajudar a cafeicultura na adaptação a essa convivência através da ampliação das nossas pesquisas e da produção rápida de sementes das variedades resistentes.

No entanto, a convivência só vai ser possível se as empresas cafeeiras tiverem sua situação financeira fortalecida. Com essa finalidade, este Governo acaba de elevar os preços internos de garantia.

SIDERURGIA

Tendo em vista o interesse desta Casa, que vem de criar a Subcomissão de Siderurgia, tenho a satisfação de trazer a Vossas Excelências um resumo do que estamos programando para esse setor básico da economia nacional.

A reorganização do CONSIDER, pelo Decreto nº 66.759, de 19-6-70, integrando-o com os Senhores Ministros da Fazenda, Minas e Energia e Planejamento, e elevando-o de órgão consultivo a deliberativo, propiciou a unificação do planejamento e coordenação do setor em apenas um órgão.

Emergente de uma crise financeira que abalou a sua estrutura econômica, a indústria siderúrgica brasileira prepara-se para um programa de expansão acelerado que a médio prazo (5 anos) deverá recuperá-la do atraso em que nos encontramos.

As perspectivas do mercado interno de aço indicam demandas em 1975 da ordem de 9 milhões de toneladas, que se elevarão em 1980 a cerca de 15 milhões de toneladas.

Esses números, que significam praticamente a duplicação e triplicação, respectivamente, da produção de 1969, dão-nos uma ideia do esforço a ser realizado para asséguarmos a nossa auto-suficiência relativa, nesse insumo básico essencial ao processo do desenvolvimento brasileiro.

Por outro lado, com o advento das grandes usinas siderúrgicas litorâneas, possibilitado pela evolução tecnológica dos transportes marítimos de granéis sólidos e dos processos siderúrgicos de produção em larga escala, o comércio internacional de aço está crescendo rapidamente, tendo evoluído de 59 milhões de toneladas em 1966 para 80 milhões de toneladas em 1969, estimando-se que supere 200 milhões de toneladas em 1980.

Dispondo atualmente de um grande pôrto para granéis sólidos (Tubarão-CVRD), em vias de iniciar a construção de outro (Sepetiba-MBR), e já tendo um terceiro em cogitação (Nordeste), o Brasil desfruta de uma situação que justifica almejarmos participar, como exportadores, naquele mercado internacional.

Dentro desse prisma, estamos planejando o desenvolvimento da siderurgia brasileira de modo a destinar cerca de 80% da capacidade instalada para o atendimento do mercado interno, ficando o restante para exportação e reserva operacional para eventuais picos de demanda.

Os projetos de expansão ou de novas usinas, já recebidos e em análise na Secretaria Executiva do CONSIDER, possibilitarão um aumento de capacidade de 10 milhões de toneladas até 1980, e implicam em investimentos da ordem de 2,3 bilhões de dólares.

Gostaria de pedir a atenção de Vossas Excelências para o programa das três empresas de economia mista (CSN, USIMINAS e COSIPA) e para a concentração de dispêndios dos anos 71, 72, 73 e 74, necessários à recuperação do terreno perdido.

A CSN, USIMINAS e COSIPA elevarão suas capacidades atuais de 1,4 milhões, 800 mil e 700 mil toneladas a, respectivamente, 4 milhões, 3,5 milhões e 3,4 milhões de toneladas em 1980. Essas expansões estão orçadas em cerca de 1,5 bilhões de dólares, correspondentes a 65% do total já programado para o decênio.

Os investimentos no setor, que se mantiveram na média de 50 milhões de dólares equivalentes, anuais, nos últimos cinco anos, serão elevados para uma média de 250 milhões anuais, no período 71/74, o que permitirá restabelecer a produção nos níveis requeridos pelo progresso do País.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O desenvolvimento industrial brasileiro durante o período do processo de substituição de importações caracterizou-se pelo aproveitamento das "possibilidades físicas" de produção manufatureira.

Desse processo resultou uma estrutura industrial fortemente integrada, que, com exceção da petroquímica e aeronáutica, incluía quase todos os ramos manufatureiros que caracterizam as modernas estruturas industriais.

Entretanto, essa estrutura diversificada, e ainda diverge, das estruturas "matrizes" em alguns pontos importantes:

1) em primeiro lugar, seu nível tecnológico é inferior, refletindo a ausência de pesquisa científica e tecnológica autônomas e a transferência primordial de tecnologias;

2) em segundo lugar, sua eficiência média é, em geral, inferior à das similares estrangeiras, refletindo problemas de escala, de organização administrativa e de custos financeiros, i.e., suportando o ônus de uma deficiência geral de infra-estrutura social e econômica.

As insuficiências de uma tal estrutura industrial começaram a se revelar após a Revolução de 1964, e seus problemas passaram a pautar e a demarcar as ações dos últimos três governos.

Tratava-se de buscar uma conciliação dinâmica e estável entre complementação da integração industrial, aumento da eficiência industrial média e retomada das altas taxas de expressão do produto industrial, que se tinham interrompido no período 66/65, como subproduto daquela forma de desenvolvimento, que teve sua justificativa histórica, mas que trouxeram as limitações de um crescimento inorgânico e assistemático.

O aumento da eficiência industrial média tem sido buscado pelo manejo de um conjunto muito rico e diversificado de instrumentos e medidas que

abrange investimentos em infra-estrutura econômica e em educação e pesquisa básica e tecnológica, políticas tarifária, fiscal e creditícia, implantação de unidades industriais de escala e tecnologia internacionais.

Nesse caso, busca-se não só criar um panorama global favorável ao desenvolvimento industrial, como refinar gradativamente os instrumentos específicos, de modo a torná-los cada vez mais seletivos e eficientes.

A transição de um modelo de desenvolvimento industrial, em que o critério dominante era o das possibilidades físicas, para um modelo em que custo e eficiência não sejam sómente palavras, mas orientadores de ações, é árdua e lenta, porém se impõe não só por considerações de natureza interna (expansão do mercado), mas principalmente como pré-condição para o ingresso efetivo do Brasil no comércio internacional.

Talvez o setor cuja problemática melhor caracterize as exigências e complexidades dessa nova fase seja o da fabricação de maquinaria e equipamentos.

Tal setor está sujeito a sérias limitações para estruturar sua produção, uma vez que, além das diferenças tecnológicas dos bens a ofertar, tem que enfrentar o desgaste entre as vantajosas condições oferecidas pelos fabricantes estrangeiros e as dificuldades de financiamento disponíveis no mercado interno.

Sómente pela progressiva melhoria da organização técnica e comercial da oferta, puderam os fabricantes nacionais aspirar a uma parcela das encomendas de maquinaria destinada às obras de infra-estrutura e às indústrias de base.

Entretanto, foi sómente no Governo da Revolução, em 1965, que se iniciou a reforma da legislação que viria a permitir a consolidação da indústria de maquinaria e equipamentos industriais, possibilitando-lhe hoje participar com cerca de 40% da demanda dos novos projetos do parque fabril.

A legislação sobre o similar nacional veio propiciar melhor entendimento entre o Governo e a indústria, e a criação de sistemática que permite a participação da produção nacional em concorrências financiadas por organismos internacionais. A celebração de acordos de garantia de

encomendas locais nos grandes projetos de investimento e a concessão de incentivos fiscais, aplicáveis aos fornecimentos para obras de infra-estrutura, são exemplos da política governamental de apoio ao setor, decorrente desse entendimento.

Cabe, entretanto, considerar que a conjuntura industrial é essencialmente dinâmica e, em particular, sujeita à rápida evolução.

Atenção constante deve ser dedicada aos problemas decorrentes da evolução dos processos tecnológicos. É necessário que os fabricantes de bens de capital estejam preparados para poder oferecer produtos adequados à renovação dos equipamentos do grande parque industrial brasileiro.

COMÉRCIO EXTERIOR

Com a promulgação da Lei n.º 5.025, de 10 de junho de 1966, que criou o Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX), passou o Governo a dispor dos meios para definir uma política racional de comércio exterior e flexibilizá-la, com a mesma presteza com que se alteram as regras do jôgo no mercado internacional. Dispõe, também, e principalmente, dos instrumentos para agir internamente de modo a tornar viáveis os esforços do empresariado brasileiro na disputa de mercados cada vez mais competitivos.

Pode-se afirmar que o setor público logrou coordenar a atuação dos vários órgãos que interferem na exportação e centralizar o poder de decisão. Os resultados exprimem-se nas medidas já adotadas em favor dos exportadores. Devem ser citados, por exemplo, os êxitos obtidos na simplificação burocrática com a eliminação de documentos não essenciais ao processo de exportação; por sua vez os gravames fiscais na operação de exportação foram praticamente eliminados, permitindo-se, inclusive, a dedução dos lucros sujeitos ao Imposto de Renda, quando se tratar de produtos manufaturados cuja penetração no mercado internacional for julgada conveniente; o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e o Imposto sobre Produtos Industrializados também não incidem sobre os bens manufaturados exportados. Outras medidas igualmente expressivas foram as que possibilitaram a exportação em con-

signação e o seguro de crédito à exportação.

Por sua vez, o recurso ao financiamento das vendas tende a tornar-se o ponto crítico na disputa de mercados externos. Haja vista que na área da ALALC, por exemplo, os países não participantes do Acordo têm conseguido compensar as desvantagens tarifárias com ofertas de maiores prazos de pagamento e de carência, sobretudo no que se refere a bens de equipamento. Nessas condições, o Brasil, para ampliar suas exportações de manufaturados, terá que se adaptar às regras internacionais, e o Governo está atento, procurando mesmo, nesse terreno, antecipar-se às reclamações empresariais.

Os números relativos ao comércio exterior brasileiro, nos últimos anos, são animadores, e a tendência de crescimento acentuou-se no corrente ano a tal ponto que o valor das exportações no 1.º semestre atingiu 1.246 milhões de dólares contra 971 milhões no mesmo período do ano passado. Mais significativo ainda foi o crescimento dos manufaturados, que atingiram, nesse período, cerca de 200 milhões de dólares, contra 115 milhões em 1969.

É preciso reconhecer, entretanto, que foi dado, apenas, o passo inicial e que novos esforços terão que ser despendidos para que o setor externo de nossa economia atinja as dimensões exigidas pelo ritmo de desenvolvimento econômico ambicionado.

Gostaria, Senhores Senadores, ao finalizar, de dizer-lhes que acredito na viabilidade política, econômica e social do Brasil.

Acredito que conseguiremos manter taxas de crescimento elevadas da nossa produção e lograremos, progressivamente, ampliar o nosso mercado interno, que constitui um dado da maior importância para a economia brasileira. Acredito também que temos condições de prosseguir no caminho da diversificação de mercado, e da diversificação da pauta de exportações.

O Brasil se impõe, assim, gradativamente como nação industrial que sabe o que quer e sabe que pode fazer, aprimorando-se em definitivo no conceito mundial. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, para formular as suas interpelações.

S. Exa. dispõe de 10 minutos para fazê-lo.

O Sr. José Ermírio (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente João Cleofas, Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio Marcus Vinicius Pratiini de Moraes, Srs. Senadores, Srs. Jornalistas, desejo cumprimentar o Sr. Ministro pela exposição feita neste plenário, como também pela sua franqueza em falar aos industriais do Rio Grande do Sul, para saírem do comodismo, pois nenhum Estado do Brasil pode viver uma vida cômoda senão lutando para industrializar-se, lutando por um Brasil melhor, especialmente na industrialização dos seus produtos.

A primeira pergunta que tenho a fazer, Sr. Ministro, é a seguinte:

(Lê.)

Todos nós sabemos a grande vantagem hoje em dia da petroquímica, tanto que um barril de petróleo nela empregado rende de 7 a 9 vezes, pela sua transformação, do que simplesmente vendido como combustível. Daí se deduz a grande importância da indústria petroquímica para um país que tem petróleo. Por esta razão, fazemos a seguinte pergunta a V. Exa.:

— Por que razão a Petroquímica da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio G. do Sul, foi entregue a uma firma estrangeira — a "Union Carbide" — quando a própria Petrobrás construiu um porto de recebimento de petróleo, em Tramandai, com um oleoduto de cerca de 100 quilômetros e a refinaria de petróleo em Canoas, muito moderna, gastando portanto imensas somas em dinheiro, mas que, na hora de auferir suas vantagens passa para uma firma alienígena?

Segunda

Esta pergunta refere-se à industrialização do milho. Como sabemos, este produto é o segundo na produção agrícola nacional, como se pode ver na safra para 1970:

Cruzeiros

arroz	1.549.655.000
milho	1.455.977.000

Segundo se calcula, haverá nos Es-

tados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais um aumento de colheita, este ano, em cerca de 50%.

Em vista disto, indagamos a V. Exa.:

— por que razão nêstes dois Estados, que são os maiores produtores do País — mais especificamente no Rio Grande do Sul — não se fêz ainda a industrialização do milho?

Terceira

No mesmo sentido, perguntamos a V. Exa., qual o programa traçado pelo Governo em relação à industrialização dos demais produtos agropecuários, a fim de dar maior rentabilidade à nossa produção?

Quarta

Essa pergunta, V. Exa. já respondeu. Mas há um outro assunto que gostaria de indagar a V. Exa.

Esta indagação relaciona-se com o café solúvel. É por demais sabido que, em nosso País, ocorre o fato de que quando uma indústria está em prosperidade, criam-se grandes dificuldades, principalmente pelo exterior, para que entre em decadência e, depois, ser absorvida por grupos alienígenas.

Dai, perguntamos a V. Exa.:

a) Qual o programa que o País leva avante neste sentido e quais as dificuldades presentes na indústria do café solúvel atualmente?

b) Já existe um processo de desnacionalização nesta indústria?

Quinta

Sendo o algodão matéria-prima nacional que ocupa o quarto lugar na produção agrícola, prevendo-se para 1970 uma renda de 1.007.160.000 cruzeiros, perguntamos a V. Exa.:

— Qual o programa traçado pelo Governo para atravessar a crise reinante há mais de 6 anos, com relação a auxílio aos fabricantes de tecidos e também à exportação do excesso de produção têxtil?

Sexta

Esta pergunta refere-se à situação na indústria canavieira que, como todos sabem, tem atravessado situação difícil e ainda com muito baixa rentabilidade, vendendo o seu açúcar abaixo do preço estabelecido pelo In-

tituto do Açúcar e do Álcool. Por isto, indagamos a V. Exa.:

— Que providências estão sendo tomadas para auxiliar a indústria canavieira que, apesar de ter aumentado a sua produção, tem atravessado esta difícil situação?

V. Exa. já respondeu, em parte, a esta pergunta que é sobre siderurgia:

Sétima

Refere-se às indústrias siderúrgicas no Brasil que, apesar de estarem trabalhando com 95% da sua capacidade, o País terá deficit de 400.000 toneladas este ano, conforme se prevê.

V. Exa. já disse que, até 1980, deverá atingir 10 milhões de toneladas.

Se não forem tomadas providências urgentes, o deficit irá crescendo nos próximos anos, calculando-se que atinge a 4,3 milhões de toneladas até o final de 1974. Por este motivo, fazemos a seguinte indagação a V. Exa.:

a) Qual o programa elaborado para ampliação das siderurgias existentes no País para os próximos 5 anos e quais as possibilidades de evitar uma importação neste período para suprir o consumo interno?

Já sabemos que está em grande progresso.

b) Quais os outros locais contemplados para implantação de novas siderurgias?

Oitava

Esta pergunta relaciona-se com a nossa produção automobilística, cujo crescimento tem sido muito grande, colocando o Brasil na posição de 10.º produtor mundial em automóveis. O uso excessivo de veículos, com elevado número dêles, o respectivo consumo de gasolina e sem a devida rentabilidade, quero lembrar aqui, já está colocando a balança comercial de um país europeu, que conheço, em grandes dificuldades. Por este motivo, também perguntamos a V. Exa.:

— No caso de não fazer exportações — aliás, como exportadores, lembramos do Japão, Alemanha, Itália e França — está a economia brasileira em condições de suportar a distribuição em massa de veículos dentro do País?

Nona

Esta também se relaciona a veículos. Tem acontecido no País que,

quando uma empresa fabricante é absorvida por outra, esta paralisa a fabricação destes veículos, produzindo outros de sua linha e deixando em difícil situação milhares de compradores dos automóveis da marca da fábrica comprada. Por estas razões, fazemos as seguintes perguntas a V. Exa.:

- a) O Sr. Ministro pode nos dizer se tem acompanhado a existência dos prejuízos dos proprietários de veículos nestas condições?
- b) Existe alguma disposição legal protetora destes proprietários?
- c) As vendas de peças para esses carros que deixaram de ser fabricados são feitas a preços acessíveis?
- d) Existe uma fiscalização rigorosa neste sentido?

Décima

Na segunda jornada sobre mineralurgia, realizada sob os auspícios da Associação Latino-Americana de Mineralurgia, na cidade do México, em maio de 1968, na qual tive o prazer de pronunciar uma conferência intitulada "Integração Mineralúrgica da América Latina", o representante do governo mexicano, engenheiro Guillermo P. Salas, declarou com justo orgulho que 90% das empresas que operam em seu país estão mexicanizadas, cujo progresso continua com um crescimento de 7% ao ano, possuindo uma moeda estável há mais de 20 anos. Citamos o México como exemplo. No Brasil, segundo estudo de um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, num estudo referente às 10 maiores empresas de cada ramo operando no País, temos um resultado assustador, pois, concluiu-se que o empresário brasileiro já participa de área econômica com apenas 19% nelas. Por estas razões, fazemos as seguintes perguntas a V. Exa.:

- a) Qual será a futura situação do nosso País se continuarmos com essa infiltração de capital alienígena?
- b) Qual será a situação das indústrias brasileiras dentro de pouco tempo, já que estão dominados a grande maioria dos ramos de negócios no País?
- c) Quais as providências que o Governo pretende tomar para evitar essa situação e caminhar

para uma posição mais privilegiada, seguindo o exemplo de outras nações, como no caso que acabamos de citar, o México?

Observações:

Entrego neste momento a V. Exa. um discurso pronunciado por mim no Senado, contendo informações sobre a situação da desnacionalização das empresas em nosso País. O nosso pronunciamento foi realizado em três discursos, o primeiro em 5 de agosto de 1968, o segundo no dia 21 do mesmo mês e o terceiro em 4 de setembro do mesmo ano. Entrego também ao eminente Ministro um exemplar dos nossos discursos sobre a viagem ao México.

Sr. Presidente, estas as palavras que desejava pronunciar. Ao terminar, quero entregar ao Sr. Ministro três pronunciamentos meus: um sobre a desnacionalização; outro sobre a siderurgia e o último, uma comparação entre o Brasil e o México, feita por mim, quando da minha conferência naquele país, em 1968.

Aguardarei, assim, a resposta de V. Exa. Sou muito grato a V. Exa. pela atenção dispensada.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Com a palavra o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. MINISTRO MARCUS VINCENZO PRATINI DE MORAES — Com relação à primeira pergunta, Sr. Senador, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desconheço o fato ou a informação de que a Petroquímica da Refinaria Alberto Pasqualini tenha sido entregue à "Union Carbide".

A petroquímica, no Rio Grande do Sul, será orientada, segundo as informações de que disponho, para a produção de fertilizantes, já iniciada pela FERTISUL, empresa subsidiária de um grupo industrial gaúcho.

Com relação à segunda pergunta, posso assegurar a V. Exa. que a industrialização do milho recebe, do Ministério da Indústria e do Comércio, através do Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentares, todo o apoio, já existindo várias unidades de transformação industrial, cujos projetos foram aprovados pelo Ministério e receberam os incentivos de impósto aduaneiro e de depreciação acelerada para sua implantação.

Os projetos deste setor industrial, transformação de produtos alimentí-

cios, são considerados prioritários no Ministério da Indústria e do Comércio e no Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentícios.

Com relação à terceira pergunta, que se refere ao programa traçado quanto à industrialização de outros produtos agropecuários, quero informar-lhes que também através do GEIPAL são conferidos incentivos de natureza fiscal para a execução de diferentes projetos em todos os ramos ou, praticamente, todos os ramos da transformação de produtos agropecuários.

Com relação à quarta pergunta, quanto ao café solúvel, tive oportunidade, na minha exposição, de lhes dar informações sobre a política que vimos seguindo e as providências que temos tomado de efetivo apoio à indústria nacional de solúvel.

Com relação ao item "b", sobre a desnacionalização dessa indústria, devo informar-lhes que operam no Brasil as seguintes empresas de capital nacional: a "Vigor", a "Dominium", a "Cacique" e a "Dinamo", estando em construção: a "Cocan", a "Cafesin", a "Iguacu", a "Real", a "Só-Café" e a "Brasília". Há uma empresa de capitais mistos, "Frusol", americana e brasileira, e a "Nestlé", estrangeira.

Com respeito à quinta pergunta, sobre o setor têxtil, direi que, ao assumir o Ministério, uma das minhas primeiras providências foi determinar um exame profundo do setor, para o qual contamos, inclusive, com a colaboração da "UNIDO", órgão de assistência técnica das Nações Unidas, e também dos respectivos sindicatos de classe dos diferentes Estados.

Quanto às exportações, no momento em que se identificaram dificuldades para o ingresso de alguns tipos de tecido no mercado americano, tivemos, juntamente com o Sr. Ministro da Fazenda, uma reunião com os industriais, quando resolvemos adotar duas ordens de providências. Em primeiro lugar, asseguramos que o Governo financiará os custos de transporte e de armazenagem, no porto de destino, dos produtos embarcados. Em segundo lugar, asseguramos maiores incentivos para que os exportadores de tecidos pudessem dirigir a sua atenção para outros mercados. Nesse sentido, já tomamos as

duas providências necessárias. A primeira, de elevar para 40 milhões de cruzeiros o limite da safra de 1971, para financiamento da exportação. A segunda, foi permitir o rebate de mais 3% do Impôsto sobre Produtos Industrializados dos tecidos destinados à exportação.

Com relação à indústria canavieira, objeto da sexta pergunta do nobre Senador, através do Instituto do Açúcar e do Álcool, esclareço que vimos dando toda assistência ao setor açucareiro. Recentemente, o Conselho Monetário Nacional autorizou uma elevação de 15% nos preços do açúcar para a safra 1970-1971.

No que se refere ao mercado externo, estamos com uma conjuntura favorável, tanto no mercado preferencial norte-americano quanto no mercado livre, com níveis de preço no mercado livre que atingiram oitenta e cinco dólares por tonelada.

Estamos exportando toda a nossa cota para o mercado americano, cumprindo, também, os nossos compromissos no mercado internacional. Recentemente, recebemos mais uma cota extra de dez mil toneladas, a que atenderemos.

Creio que vimos adotando todas as providências viáveis para dar ao setor açucareiro o necessário suporte.

Quanto à sétima pergunta, relativa ao setor siderúrgico, gostaria de assinalar que o déficit atual em siderurgia, no Brasil, só refere à produção de semiacabados, uma vez que existe uma grande capacidade ociosa de laminiação.

A variável crítica do planejamento do setor siderúrgico é, justamente, a produção de fonte metálica. Nesse sentido vimos orientando o programa e a avaliação dos projetos encaminhados ao Conselho Siderúrgico.

No que se refere aos produtos planos, já estarão em operação, em 1975, as ampliações, ou parte das ampliações, das três siderúrgicas estatais.

Relativamente a novos projetos, estamos estimulando a implantação da "USIBA", que reduzirá o déficit de semiacabados, a partir de 1973.

Há dois novos projetos de 250.000 toneladas de vergalhões em exame para o Estado da Guanabara e um de 300.000 toneladas para Minas Gerais. Foram recebidos recentemente e, acredito, sua implantação virá contri-

buir sobremaneira para a redução dos déficits previstos nos próximos anos.

Acredito que as informações que forneço a V. Exa. agora complementam os dados que tive a honra de fornecer a V. Exa., ao ensejo da minha exposição.

Com relação à oitava pergunta, que diz respeito à produção automobilística e aos problemas da exportação de veículos, quero dizer a V. Exa. que tenho certeza de que o mercado interno brasileiro se expande a uma taxa compatível com as perspectivas de mercado das indústrias existentes. Porém já iniciamos, há algum tempo, a exportação de autopeças e existem projetos das principais empresas destinados à exportação de automóveis CKD e de peças ou até automóveis completos, dependendo de entendimentos e de negociações com os países importadores. Já obtivemos das principais empresas o compromisso de, nos seus programas de expansão, preverem uma parcela de produção para exportação.

Com relação à nona pergunta, que diz respeito à absorção de fábricas de veículos, que deixam de produzir certos tipos e que poderiam prejudicar compradores dos tipos cuja produção é descontinuada, o Ministério, através do Grupo Executivo da Indústria Automotora, acompanha com a devida atenção todos os programas de fusão de empresas automobilísticas, inclusive para garantir o suprimento adequado de peças sobressalentes aos proprietários de veículos naquelas condições. Assim ocorreu no caso da Vemag, absorvida pela Volkswagen, da Willys, absorvida pela Ford; e da Simca, pela Chrysler.

Nessas oportunidades, a aprovação das fusões foi condicionada a que se continuasse a fabricação das necessárias peças de reposição dos veículos que oportunamente seriam retirados de fabricação.

Quero assinalar que terei o maior prazer em lhe enviar, por escrito, caso V. Exa. julgue necessário, quaisquer informes adicionais sobre as investigações que tive a honra de receber.

Com relação à 10.ª pergunta, que diz respeito à participação de capitais externos no processo de industrialização do Brasil, gostaria, inicialmente, de assinalar que o empresário brasileiro não participa em apenas 19% do

setor econômico. Seria preciso — e estimaria — que V. Exa. qualificasse os números relativos à participação de capitais nos setores industrial, comercial e agrícola, para que eu pudesse prestar uma informação mais adequada. Evidentemente, no setor industrial, a participação dos capitais externos é maior, mas no setor comercial, agrícola e de serviços é muitas vezes insignificante.

Com relação a esse problema, gostaria de assinalar que não tenho preconceito contra o capital estrangeiro. Acho que devemos caracterizá-lo dentro de dois enfoques principais: primeiro, possibilitando a complementação da poupança interna, para o desenvolvimento. Por outro lado, mais importante ainda, o capital estrangeiro, devidamente orientado, tem o papel de nos auxiliar, através da transferência de tecnologia e de know-how, a superar o grande hiato que nos afasta dos países mais desenvolvidos, ajudando-nos a dar o necessário salto tecnológico.

Com relação aos demais tópicos de sua pergunta, seria necessário dispor de dados mais precisos, uma qualificação das percentagens relativas, para que pudesse responder de forma mais precisa.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço a V. Exa. a resposta às minhas dez perguntas.

Quanto à última, trata-se de publicação feita pelo Jornal do Brasil, que enviarei a V. Exa. oportunamente.

Agradeço sinceramente a forma prática com que nos respondeu, pois, como Presidente da Comissão de Indústria e Comércio do Senado, não poderia deixar de indagar a V. Exa. sobre assuntos afetos à nossa Comissão.

O SR. MINISTRO MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou do tempo em que a convocação de um Ministro para prestar esclarecimentos ao Congresso demandava uma burocracia quase que cruel. Entendiam os da situação que o ato convocatório significava um desapreço, e os da

Oposição, um deleite quase maquiavélico, de deixar muitas vezes o titular desta ou daquela pasta em situação embaraçosa.

Alguma coisa mudou, Sr. Ministro, e V. Exa. está afinado com o sentimento moderno da nacionalidade. Sai do âmbito restrito de uma Comissão Técnica e pede para vir ao Plenário debater assunto relativo ao seu Ministério, a exemplo do que aconteceu, há poucos dias, com o Titular da Fazenda.

Quero ressaltar, antes de interpelar V. Exa., que a sessão de hoje é muito importante porque, além do mais, está frisando uma particular mudança nos métodos administrativos deste País.

Ministro jovem, há poucos anos era um absurdo; ninguém aceitava um governador jovem, um Deputado moço. E tanto é verdade, que ainda há restrição constitucional no sentido de que a disputa de uma eleição para o Senado se dê na idade prefixada mínima de 35 anos de idade. Diria a V. Exa., com o apreço de quem acompanha sua bela carreira desde moço, que é a primeira vez que um jovem de 31 anos — se não estou equivocado é a idade de V. Exa., não é interpelação, são informações que tenho — vem falar a cidadãos de mais de 35 anos. Um titular com o cabelo totalmente preto falando para este campo de neve do Senado.

É o entendimento que se está processando, e eu comprehendo que o Presidente Emílio Garrastazu Médici está sendo fiel a si mesmo, porque, tendo sido um instrutor de jovens, Comandante do CPOR na sua terra natal e, depois, na Academia Militar de Agulhas Negras, em minha terra natal, no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Resende, S. Exa. tenha comprehendido que não é possível administrar este País sem o concurso da juventude, esta juventude responsável da qual V. Exa. é magnífico exemplo, como o Ministro da Agricultura, o Ministro da Fazenda e outros. Porque, há de sempre se conciliar a experiência dos mais velhos com o ardor e a competência daqueles que, nas Universidades, aprimoraram seus conhecimentos técnicos, como é o caso de V. Exa. que, no verão dos anos, já no Governo anterior, era um profundo conhecedor e debatedor dos

graves problemas econômicos que afligem a nossa Pátria.

Este é o preâmbulo que significa uma saudação e o contentamento que tenho de assomar a esta tribuna para, respeitosamente, indagar de V. Exa. algumas questões atinentes ao seu Ministério.

A primeira dessas questões, Sr. Ministro, refere-se ao GERAN. Na minha interpelação perquiriria quais os recursos do Sul do Brasil que foram para o Nordeste. Nesses quatro anos, o que pôde, efetivamente, fazer o GERAN?

Em matéria de agroindústria açucareira, eu insistiria em pedir a atenção de V. Exa. para o desnível, no meu modo de entender, data vénia, que está havendo. O açúcar está sendo tratado de maneira burocrática, quando o problema, na minha modesta maneira de pensar, é eminentemente técnico.

Não nutro, nem poderia nutrir — porque sou patriota — sentimento regionalista. Não quero, de maneira nenhuma, atingir este ou aquél Estado, mas V. Exa. há de convir que há uma espécie de macrocefalia açucareira em São Paulo. São Paulo dispõe de uma rede bancária que pode financiar a indústria açucareira para produzir cerca de 50 milhões de sacas. Não tem os problemas financeiros dos outros Estados, principalmente na área do sul onde se encontra implantada a indústria agroacucareira, e às vezes, leva o produto que fabrica às próprias zonas produtoras, aviltando os preços, como acontece no meu Estado. E, às próprias portas das usinas, vende o açúcar por preço abaixo da tabela.

Eu não quero, eminente Ministro, encarar com sentimentalismo esse problema. É uma realidade. Acho o Instituto do Açúcar e do Álcool bem entregue ao seu atual presidente, mas terá necessariamente que passar por uma reformulação. Qual o motivo de o Sul ter que pagar pelas deficiências técnicas da indústria açucareira do Nordeste? Por que o Nordeste não tem o apoio do Instituto do Açúcar e do Álcool para a ampliação do seu parque, para que se procurem mercados no exterior a fim de localizar a safra que, V. Exa. sabe, é inegável, tem um custo de produção muito mais elevado do que a do Sul?

Essa primeira pergunta, paralelamente, está quase que envolvendo um apelo. Sóris no sentido, ao tempo em que indago, de pleitear sobre a ampliação do Convênio do Instituto do Açúcar e do Álcool com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento para permitir a conclusão de obras que foram interrompidas por falta de verbas.

V. Exa. sabe que, particularmente no caso da chamada Baixada Campista, pontes precisavam ser feitas, começaram a ser feitas e ficaram paradas, dragagens tiveram o seu inicio e foram interrompidas. Tudo isso interfere no problema da produção, atingindo não apenas os industriais mas, também, a área dos lavradores.

Como V. Exa. deve saber, são quase 25 mil fornecedores de cana no Estado do Rio. O problema não é só econômico, é social, não se atende apenas o usineiro, mas também a outro elemento que é fator de produção e que é fornecedor de cana.

Pergunto a V. Exa., se puder responder no momento, porque não tive a acuidade do meu eminente colega que me antecedeu na tribuna, Senador José Ermírio, de enviar antecipadamente a V. Exa., Sr. Ministro, as perguntas. Deveria tê-lo feito. Julgava que V. Exa. viria amanhã, e a sua vontade de não retardar o comparecimento ao Senado faz justiça à sua competência e a seu apreço ao Poder Legislativo.

Assim, de momento, rascunhei estas indagações e sem bairrismo — e ai de nós, nesta Casa, se estabelecermos discriminação entre Estados! Não quero que São Paulo seja apenas aquela "locomotiva" de que se falava antigamente, puxando as outras vinte e uma unidades. Desejo haja outras "locomotivas" e que todos tenhamos o direito de embarcar nesse trem do desenvolvimento econômico, sem a discriminação que ora vem sendo feita.

Ainda na área da Pasta de V. Exa., Sr. Ministro Pratini de Moraes, há um problema muito importante, suscitado pelo embargo norte-americano: a exportação de têxteis. Não vou alongar-me, porquanto conhecemos a fundo a questão, que também diz respeito aos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, igualmente conectada com o de V. Exa. O emi-

nente Ministro tomou atitude patriótica acerca do problema. Eu não desejava tratar sómente dos têxteis; também do café solúvel, que V. Exa., Sr. Ministro, já focalizou, embora en passant. Entendo haver uma injustiça por parte dos Estados Unidos da América, nação que aprecio, no entanto aprecio muito mais minha Pátria, ao não permitir a colocação do nosso produto lá por preço mais baixo do que o manufaturado naquele país.

Eu perguntaria a V. Exa., quais as demarches, no setor ministerial, que lhe é afeto, tomadas a respeito: problema da sua terra natal, dos calçados, que foram bem aceitos nos Estados Unidos, e agora, há um embargo, também, criando uma situação muito difícil para a economia brasileira; a respeito, ainda relativamente ao Rio Grande do Sul, da exportação de vinhos — vinho que tive o prazer de ver nos Estados Unidos muito bem aceito o "Brasil Rising" vendido nos supermercados.

Não é justo que só nós tenhamos que comprar os produtos dos Estados Unidos e os Estados Unidos, pelo menos, não nos dê uma situação de reciprocidade.

Relativamente ao sal — e vou sintetizar, porque já o Presidente me olha como que a advertir-me que o meu tempo está esgotado, mas vejo a visita de V. Exa. coroada de pleno êxito. V. Exa. sai com a homenagem de todos nós, principalmente a minha em particular, que sou seu sincero admirador — tenho ainda interpelação a fazer. No meu Estado, apesar de Cabo Frio, e de termos uma usina de combustão submersa, recebemos sal do Rio Grande do Norte. Eu perguntaria a V. Exa. o que poderia dizer-me a respeito, porque me parece que o preço do sal no mercado interno sobe cada vez mais e o sal industrializado sendo transportado nos navios da Companhia Comércio e Navegação, e outras, isso vem onerar o custo da produção da barrilha.

Para encerrar, perguntaria, ainda, ao honrado e digno Ministro, aqui fazendo círculo com o Senador José Ermírio, a respeito da indústria automobilística.

— Sr. Ministro, haverá uma indústria automobilística brasileira? Há alguma indústria automobilística que tenha

capital brasileiro em nível que permita um apoio do Governo, que possa ensejar o barateamento do custo do automóvel, do caminhão, do trator, do jipe ou do utilitário? Nesta hora notável em que o eminente Presidente adotou uma legenda muito importante, a política de mãos livres? Negociamos, entretanto — não foi na sua Pasta, foi no passado — a Fábrica Nacional de Motores, e eu protestei muito aqui no Senado, porque era a única indústria, no meu modo de entender, brasileira. Eu perguntaria a V. Exa., e talvez possa se constituir num desafio para sua juventude, capacidade e patriotismo, se podemos ter uma indústria que venha, inclusive, a servir aos interesses da Segurança Nacional, às Forças Armadas, fabricando veículos de combate e também à economia pobre deste País, através da indústria de caminhões e tratores?

Sr. Presidente, encerro minha interpelação. Como no início, V. Exa. há de me permitir que me congratule com a atitude impecávelmente correta do mais jovem Ministro desta República, não esperando uma convocação regimental. E V. Exa., Senador João Cleofas, meu Presidente, quando atendeu ao ofício do Ministro, mostrou, realmente, isso que há de novo: esse entrosamento dos dois poderes, que na hora moderna não é possível um distanciamento entre o Executivo e o Legislativo. E V. Exa., hoje, não está prestando um serviço apenas ao Governo de que faz parte, ao Governo ao qual eu, com os meus companheiros aqui, da Aliança Renovadora Nacional, damos suporte político; V. Exa. está prestando relevante serviço ao Brasil em aqui compreendendo. Felicito-o e aguardo as respostas às interpelações que fiz.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Tem a palavra o Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. MINISTRO MARCOS VINICIUS PRATINI DE MORAES — Muito obrigado, Sr. Senador Vasconcelos Torres, pela amabilidade de suas palavras. Vou tentar responder às suas indagações. Se não forem suficientes as informações que lhe prestar, terei o maior prazer de enviar posteriormente outros esclarecimentos, por escrito, a V. Exa.

Com relação ao GERAN, desde a época de sua criação, esse grupo não vinha recebendo os recursos que lhe deveriam ser destinados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e que corresponderiam à parcela da chamada "Taxa do IAA", na comercialização do açúcar. O GERAN passou a ser um órgão vinculado ao Ministério do Interior. Logo após a minha posse, mantive entendimentos com aquêle Ministério e com o atual Superintendente do GERAN, ao qual asseguramos que, no exercício de 1970, o IAA honrará integralmente o seu compromisso de transferir recursos ao GERAN. Os recursos transferidos neste exercício atingirão a soma de 30 milhões de cruzeiros. Acredito que, a partir desse ano, poderá o GERAN, dispondo do necessário suporte financeiro, iniciar a sua programação de diversificação e racionalização da agroindústria açucareira do Nordeste. Iniciar, portanto, a solução do problema que acarreta esse diferencial de preço entre o açúcar do Sul e o açúcar do Nordeste.

Com relação ao Convênio Instituto do Açúcar e do Álcool-DNOS, na Balsa campista, vou solicitar informações ao IAA, de que não disponho aqui, e as enviarei a V. Exa., sobre a possibilidade de extensão desse convênio para que prossigam as obras previstas.

Quanto ao problema da indústria têxtil, tive oportunidade, respondendo à pergunta do Sr. Senador José Ermírio, de assinalar que asseguramos à indústria brasileira não apenas auxílio financeiro para financiar os custos dos embargos eventualmente realizados, como também estamos concedendo maior volume de incentivos fiscais e de crédito no que se refere ao financiamento da produção exportável, para que essa indústria não tenha prejuízos e possa entrar no mercado europeu e em outros com a sua produção.

Com relação aos calçados, que não constituem ainda objeto de restrição, mas que constam do Projeto de Legislação Geral sobre o Comércio, não temos nenhum caso concreto de limitação à exportação. Porém, o Grupo Executivo da Indústria Têxtil e os nossos assessores, que têm participado de reuniões com os empresários de Franca e Novo Hamburgo, os dois prin-

cipais centros produtores de calçados do País, têm alertado os exportadores para a conveniência de diversificarem os seus mercados, evitando concentrar excessivamente, em apenas um ou dois mercados, as suas vendas para o exterior.

Relativamente ao problema de vinhos do Rio Grande do Sul, de vinhos de uvas viníferas, isto é, de vinhos de qualidade internacional, é bastante restrita ainda no Rio Grande do Sul, encontrando no mercado interno um potencial de preço mais atrativo do que no mercado internacional.

Creio que a produção vinífera do Rio Grande do Sul, bem assim a de outros Estados, poderá ingressar nos mercados externos, à medida em que as condições de preço internacional transformem a exportação num bom negócio.

Se os preços externos não são adequados, ou se as condições do mercado interno são mais remuneradoras, não há, às vezes, razão por que forçar a exportação, que teria que ser, eventualmente, subsidiada.

Com relação ao problema do sal, V. Exa. indaga a respeito da produção de barrilha, ou a sua repercussão na produção da barrilha.

O Sr. Vasconcelos Torres — Se V. Exa. permitir, Sr. Presidente, eu esclareço a pergunta.

Reporto-me ao fato de navios vierem do Nordeste, seguidamente, com grande carregamento de sal, desembarcando no Arraial do Cabo, em Cabo Frio, para a produção de barrilha, quando já existe a usinagem da combustão submersa.

Esta a correlação que estabeleci, fazendo com que o produto de consumo obrigatório, neste País, tenha o seu preço acrescido e havendo, talvez, produção suficiente para transformação em barrilha, dentro do próprio município de Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia e municípios vizinhos, produtores de sal.

O SR. MINISTRO MARCUS VINCENCIUS PRATINI DE MORAES — Sabe V. Exa. que o custo da produção de sal, pela combustão submersa, é onerada pela necessidade de um consumo bastante elevado de "fuel-oil".

De forma que, se pretendemos uma produção de barrilha, exclusivamente,

à base de sal de combustão submersa, teremos preços superiores aos obtidos com o sal que vem do Nordeste, do Rio Grande do Norte.

Encontra-se em fase adiantada de projetamento — e já foi, para tanto, criada uma sociedade de economia mista, a Termisa — a construção de um porto em Areia Branca, fora da costa, que possibilitará uma redução substancial nos custos de embarque de sal, os quais são, hoje, o maior fator de encarecimento do produto, não é, apenas, esta a solução que se avizinha para o problema do sal. Depende-se ainda de estudos de natureza geológica e de sondagens para determinar as disponibilidades de sal-gema, nos Estados de Sergipe e Alagoas. Assinala-se que na plataforma continental, na altura do Espírito Santo, também foi descoberto sal-gema. Só poderemos ter uma definição precisa quanto à estratégia a adotar, para a produção de barrilha e outros álcalis, quando determinarmos os custos de produção e as alternativas de suprimento que poderão representar os depósitos de sal-gema e a utilização do sal dos domos do Espírito Santo, bem como obtivermos a redução de custos que se espera após a conclusão do terminal de Areia Branca. Creio que o assunto tem, hoje, um equacionamento adequado. Está ele sendo tratado pelo setor competente, no Ministério das Minas e Energia, com tóda a prioridade. Creio que, em breve, teremos uma nova perspectiva para a indústria consumidora de sal no Brasil.

Com relação ao problema da indústria automobilística, gostaria de acrescentar às informações que tive a honra de prestar ao Senador José Ermírio de Moraes: a razão principal do chamado alto-preço dos automóveis do Brasil é, evidentemente, a carga tributária que onera o seu preço final, e não pode ser reduzida sem comprometer, perigosamente, a realização dos nossos programas de infra-estrutura, tendo em vista a natureza, fundamentalmente indireta, do nosso sistema de tributação. No entanto, já se avizinharam os tempos em que teremos condições de pensar, seriamente, em redução de carga tributária. Nesse sentido, recentemente, o Ministro da Fazenda tomou a primeira iniciativa.

Problema muito importante a considerar, na questão da indústria automobilística, é o de escala de produção. Não podemos dissociar o problema de escala de produção de qualquer outra consideração sobre a indústria automobilística.

Há vários setores em que, na prática, é inevitável a concentração industrial, tendo em vista o problema de escala. Os custos de produção de uma indústria que fabrica 1.000 veículos por dia, comparados com uma que produz 50 ou 100 veículos, são de 20 a 25% menores, conforme o tipo de veículo. É a razão por que está ocorrendo essa concentração industrial no campo automobilístico, que me parece uma imposição do sistema de mercado. Fazemos uma opção, em termos de estratégica econômica, em que damos prioridade, a ênfase necessária aos dados de mercado. Dentro desta tática, para os setores de alta densidade tecnológica ou de alto investimento para o produto final, a concentração é uma consequência inevitável.

Já no setor de autopeças, de partes complementares, de acessórios, carrocerias e outros, em que a escala industrial tem menos importância, a indústria nacional se afirma de maneira crescente. Acredito que chegará o momento em que se poderá ter uma indústria própria.

Penso haver dado as respostas a todos os tópicos da indagação de V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Agradeço a V. Exa., ressaltando a impressão que tinha a seu respeito: homem calmo. A inteligência é assim; fala sem arroubos. A sua competência está comprovada. Vou retirar-me da tribuna satisfeito.

Congratulo-me, ainda, com V. Exa., pelo seu comparecimento a esta Casa do Congresso, no dia de hoje, onde, inevitavelmente, lavra um belo tento, a favor da política que vem sendo desenvolvida pelo Presidente da República, Sr. Emílio Garrastazu Médici.

O SR. MINISTRO MARCOS VINCENCIUS PRATINI DE MORAES — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o Sr. Senador Eu-
rico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, desejo, inicial e rapidamente, perfilar as considerações elogiosas aqui expandidas pelo Ilustre Senador Vasconcelos Torres, mas, óbviamente, exibindo de logo uma restrição quanto ao conceito por S. Exa. expandido, no sentido de que há uma generalidade de neves capilar neste Plenário. Aqui não há velhos, Sr. Ministro. Aqui há pessoas e colegas menos jovens do que outros. E mesmo que isso não fosse verdade, nós teríamos o conforto mil vêzes bendito da certeza de que, segundo velha sentença oriental, "toda idade tem a sua juventude".

V. Exa. realmente demonstrou duas qualidades cativantes, capazes de recrutar não só a confiança e a compreensão, mas o aplauso dos seus concidadãos: a serenidade do técnico e a elegante precisão do expositor.

Com essas palavras vestibulares, e interpretando o pensamento da Maioria, endereço a V. Exa. a sinceridade das nossas homenagens, fazendo votos para que encontros como este se repitam, mesmo porque V. Exa., antes de ser Ministro da Indústria e do Comércio, já tinha a sua vinculação funcional e sentimental com esta Casa, quando foi um dos brilhantes e principais assessores da Presidência da República, no que diz respeito a assuntos parlamentares.

Sr. Ministro, apenas duas perguntas desejo depositar na atenção de V. Exa. A Companhia Vale do Rio Doce não é, hoje, um instrumento regional; é um fator que compõe a grande batalha da emancipação nacional.

No que diz respeito ao Espírito Santo e Minas Gerais, esta empresa representa um estado d'alma e objeto permanente dos nossos cuidados e dos nossos apelos.

É verdade — hoje creio que provada — que o Governo cuida de fazer uma exploração em grande quantidade, de grande porte, nas jazidas de minério de ferro da Serra dos Carajás. Tendo em vista a posição auspíciosa da Companhia Vale do Rio Doce na exploração e exportação de minério e partindo-se da realidade de que as jazidas da Serra dos Carajás ficam num ponto distante do Sul do País,

queria, numa mescla de brasileiro e capixaba, perguntar a V. Exa. se nesse projeto governamental está sendo suficientemente estudado e, por via de consequência, resguardado o interesse da Companhia Vale do Rio Doce.

A outra pergunta prende-se a buscar recursos, a fim de que eu possa ter a tranquilidade da minha consciência resguardada.

Explico: o Presidente Médici, recentemente, remeteu ao Congresso Nacional projeto de lei destinando grandes recursos para Aços Finos Piratini, do Rio Grande do Sul, recursos esses assegurados através de uma composição acionária e, no gênero e na dimensão, creio que recursos inéditos.

Fui o Relator da matéria na Comissão de Projetos do Executivo. Encontrei naquele processo a notícia de que os Ministérios da Indústria e do Comércio, do Planejamento, da Fazenda e das Minas e Energia deram pareceres convergentemente favoráveis à proposição governamental. Mas a mensagem fez apenas referência a esses pareceres técnicos; não vieram conduzidas para o projeto as especificações daqueles estudos. A matéria provocou aqui uma reação muito polêmica e houve alguns Senadores da mais alta responsabilidade, inclusive integrantes da Bancada da ARENA, que fizeram restrições à mensagem governamental.

Eu gostaria que V. Exa. prestasse esclarecimento a respeito dessa proposição. Se não dispuser, no momento, dos elementos necessários, poderá fazê-lo, por escrito, em outra oportunidade, em expediente dirigido a esta Casa.

São as duas perguntas que submeto à apreciação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. MINISTRO MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES — Sr. Senador Eurico Rezende, quero agradecer também a V. Exa. a amabilidade das palavras que pronunciou a meu respeito e, em resposta às indagações, direi o seguinte: com relação ao projeto da Serra dos Carajás, já foi constituída a Empresa Amazônia

Mineração S.A., que deverá explorar as jazidas de minério de ferro no Estado do Pará. Essa empresa está constituída com 51% de capital do Vale do Rio Doce e 49% de capital da empresa United States Steel, o que assegura o controle acionário à sociedade de economia mista brasileira.

A empresa americana tem uma opção para adquirir até 50% do minério produzido para consumo em suas próprias usinas, isto é, não poderá comercializar a terceiros o minério que lhe for destinado. A comercialização da parte restante será feita exclusivamente pela Vale do Rio Doce.

Na fase atual do projeto está sendo realizada a prospecção, em que há hoje 400 pessoas trabalhando e, se não me engano, oito sondas em funcionamento. Já temos uma estimativa de produção mínima de 12 milhões de toneladas por ano. Encontram-se em fase inicial de estudo os projetos para a ferrovia e o terminal marítimo, não estando ainda definidos os locais onde serão realizados os projetos de transporte, tendo em vista o estudo da viabilidade que se iniciou.

Tenho impressão de que o projeto se reveste das necessárias garantias de segurança para a Companhia Vale do Rio Doce. É um projeto a respeito do qual a Companhia Vale do Rio Doce e o Ministério das Minas e Energia fizeram cuidadosos estudos. E gostaria de agregar o seguinte: é provável que decisão desse tipo, criando empresas de capital misto — nacional e estrangeiro — para exportação de minério, seja uma decisão de estratégia comercial para assegurar nossa presença no mercado americano de minérios.

Com relação à Empresa Aços Finos Piratini, trata-se de projeto de iniciativa do Governo do Rio Grande do Sul que vem sendo executado desde 1962, e ao qual o Governo Federal vem conferindo recursos orçamentários em escala substancial desde 1964.

No ano passado o Presidente Costa e Silva tomou a decisão política de apoiar esse projeto, decisão reafirmada pelo Presidente Garrastazu Médici tendo em vista as características de que se reveste para a economia do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, foram tomadas providências para a reavaliação da participação prevista para o Governo Federal. Ao encaminhar

o Senhor Presidente da República a exposição de motivos sobre o projeto, foi sugerida a redução da participação federal de 75 para 57% do capital da empresa, condicionando-se o apoio federal à maior participação do Estado sul-rio-grandense.

Trata-se de um projeto para a produção de sessenta mil toneladas de aços especiais, e oitenta mil toneladas de lingotes de ferro-esponja.

Não tenho maiores informações sobre as características técnicas do projeto, porém terei o maior prazer de enviá-las a V. Exa., oportunamente.

O Sr. Eurico Rezende — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Ministro a atenção das respostas.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Com a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATTÍLIO FONTANA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, minha pergunta inicial refere-se ao aproveitamento de resíduos piritosos da zona carbonifera do Estado de Santa Catarina, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Como é do conhecimento de todos, o Brasil importa grande quantidade de ácido sulfúrico, enxofre e outros produtos derivados que são necessários ao Parque Industrial. Na região carbonifera de Santa Catarina podemos constatar o grande teor de enxofre que existe nos resíduos piritosos a ponto de provocar combustão espontânea e até perturbar os habitantes próximos dessas grandes jazidas. O problema vem de muitos anos, e está sendo cogitado, sendo estudado pelo Governo da União mas, infelizmente, não temos conhecimento de providências que possam permitir, dentro de breve espaço de tempo, o aproveitamento daquelas matérias-primas tão necessárias e indispensáveis não só à indústria como também à agricultura e à pecuária em nosso País.

Assim, desejariamos saber do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio se está sendo procurada solução mais rápida para o aproveitamento dessa matéria-prima, com o que também

estariamos reduzindo o preço do carvão-siderúrgico e do próprio carvão-vapor, que é aproveitado das jazidas carboniferas do Estado de Santa Catarina.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, é referente à triticultura nacional e sua industrialização. Como é do conhecimento público, o Governo da Revolução pôs em prática medidas de estímulo à produção do trigo nacional, com preço verdadeiramente compensador, e também foram feitas pesquisas científicas de genética para oferecer sementes mais resistentes que darão maior produção aos nossos triticultores.

Também é do conhecimento público que a aquisição do trigo é feita atualmente pelo Banco do Brasil — medida bastante salutar, porque evita especulações que, em anos passados, perturbaram o desenvolvimento da triticultura nacional; porém a indústria moageira da zona de produção, em grande parte já cessou suas atividades e desapareceu. As poucas empresas existentes vêm atravessando sérias dificuldades e, a continuar a política ora em prática, elas tendem a desaparecer, o que não consulta os reais interesses do País, uma vez que o aproveitamento da matéria-prima nas zonas de produção oferece certas vantagens, como se verifica em países adiantados.

O Governo brasileiro adquire, através do Banco do Brasil, o trigo, e o tem de retirar da orla marítima para o centro de consumo, despendendo elevada soma com o custo de transporte. Depois, uma certa quantidade do subproduto, o farelo, deve voltar à zona de produção para alimentar os rebanhos da pecuária da região. Isto, naturalmente, desfalca e dificulta a expansão da própria pecuária, e faz, como ainda agora se verifica — não sei se é do conhecimento de V. Exa. — que o trigo custe, na zona de produção, preço mais elevado aos moinhos que o industrializam do que na zona de consumo, criando, assim, dificuldades intransponíveis para aquela indústria. E isto porque o Banco do Brasil entrega o trigo aos

moinhos da zona produtora acrescido das despesas poupadadas, como se importado fosse, despesas essas portuárias. Logo, o trigo na zona de produção custa preço mais elevado que nos centros consumidores.

Ultimamente, tem-se verificado que a farinha de trigo estrangeira concorre, na zona produtora, com o similar nacional. É uma situação que, entende: os industriais da zona de produção, e em regra geral a opinião pública, deveria ser analisada e estudada.

O Governo brasileiro procura desenvolver a indústria na zona de produção, mas o mesmo não se verifica com o trigo nacional. Mais ainda, Senhor Ministro, é o que se tem verificado com o fomento que o Governo vem promovendo...

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) (Fazendo soar a campanha.) — Permito-me lembrar que o tempo de que V. Exa. dispunha está esgotado. Tendo em vista o adiantado da hora, solicitaria a V. Exa. que abreviasse a formulação de sua indagação.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Senhor Presidente, recebo a advertência de V. Exa. com todo o acatamento, mas espero que V. Exa. terá a tolerância de mais alguns minutos, como teve para com os oradores que me antecederam, para que eu possa concluir estas considerações sobre assunto de alta relevância para a economia nacional e o desenvolvimento de um setor tão importante, qual seja o da triticultura brasileira.

O problema vem-se arrastando há muitos anos, Sr. Ministro, e se ainda existe certo número de moinhos na zona de produção é porque há a esperança de que o Governo da República, — principalmente pela orientação do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, que temos a honra e a satisfação de ouvir agora nesta Casa — encontre a verdadeira solução. Essa retirada de trigo, além de importar numa grande despesa para o Governo da União, em parte desnecessária também, vem criando um verdadeiro desestímulo para os moinhos da zona de produção, os quais têm, além do mais,

a tarefa de contribuir para o rápido escoamento da colheita anual de trigo. Com a retirada de quase toda a produção, os moinhos estão encerrando as suas atividades, o que cria, também, um problema para o escoamento de outros produtos da lavoura e da pecuária da nossa região.

Assim sendo, fazemos, aqui, uma indagação a V. Exa., Sr. Ministro, e também o fazemos na qualidade de representantes do povo do Estado que é o segundo produtor do País, se uma providência não será tomada para equilibrar essa questão. Do contrário, a medida que se expandir a lavoura do trigo em outras regiões do País, os moinhos daquela região se sentirão em dificuldade de continuar trabalhando, porque as condições econômicas que lhe são proporcionadas são ruinosas, de verdade.

Eram essas as indagações, Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. MINISTRO MARCUS VINCUS PRATINI DE MORAES — Senhor Presidente e Srs. Senadores, com relação à primeira indagação do Senhor Atílio Fontana, devo dizer-lhes que, no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, o projeto da Carboquímica catarinense mereceu o apoio do Grupo Executivo das Indústrias Químicas, uma vez que se destina à produção de ácido sulfúrico a ser aplicado na produção de fertilizantes pelo tratamento da rocha fosfática.

Essa aprovação dada pelo Geiquim possibilitou, inclusive, a contratação do Grupo Mitsubishi para elaboração do projeto de engenharia. As providências subsequentes, uma vez que o projeto não está na alçada do nosso Ministério quanto à execução, dependem do Ministério das Minas e Energia, o qual tenho certeza de que está dando a esse projeto o tratamento adequado, tendo em vista a importância econômica de que se reveste não só para o carvão como também para a economia do Estado de Santa Catarina.

A respeito desse projeto quando ainda em fase muito preliminar, em 1964, teve a oportunidade de escrever uma tese, "O Complexo Carboquímico Ca-

tarinense", que apresentei, quando no Ministério da Indústria e do Comércio, em uma reunião internacional sobre complexos industriais. Trata-se de projeto muito interessante sendo que a produção de ácido sulfúrico, a partir de pirita e carvão não é processo tradicional e tem várias dificuldades de ordem técnica para sua execução.

Com relação ao problema da triticultura e da sua industrialização, eu me permitiria solicitar permissão a V. Exa. para transmitir as suas informações ao Sr. Ministro da Agricultura, uma vez que o Ministério da Indústria e do Comércio não tem qualquer atuação nesse campo. Creio, porém, que as suas preocupações são importantes e terei o maior prazer em secundá-las perante os órgãos competentes para tratamento do assunto.

O Sr. Atílio Fontana — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Tem a palavra o nobre Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDBERG (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, serei breve, porque já vai adiantada a hora.

Quero dizer, inicialmente, do meu entusiasmo e da minha euforia, mesmo quando das primeiras palavras de S. Exa. o Sr. Presidente da República, no discurso de posse, referindo-se que vinha da lavoura e que daria a ela todo o apoio.

De acordo com as palavras de V. Exa., que já ouvimos também de S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, realmente o Governo vem cumprindo aquilo que disse no primeiro discurso, especialmente no que se refere ao café, como disse V. Exa. há pouco.

Pela primeira vez estamos assistindo à formulação correta do amparo à maior fonte de divisas do País, que é o café, porque até hoje as medidas eram mais ou menos empíricas e a técnica completamente afastada das necessidades da lavoura do café.

Quero, por isso, de início, congratular-me com V. Exa. e com o Governo da República pelo apoio dado, não só à lavoura do café, mas a tudo aquilo

que corresponde às necessidades do País.

As minhas perguntas são breves, Sr. Ministro.

Disse V. Exa. que a posição do café solúvel estaria resolvida com referência aos 13 cents do imposto espontâneo do País, no que diz respeito à sua parte.

Perguntaria se essa solução é definitiva relativamente aos outros interessados.

Segundo: V. Exa. teria dito que nos municípios onde apareceu a *hemileia vastatrix*, o crédito foi suspenso.

Perguntaria: E aqueles lavradores que já tinham crédito, como ficarão? Aquêles que já tinham alguma importância a pagar de dívidas, de valores ou empréstimos tomados anteriormente? Parece-me que eles não deveriam ficar numa situação de dificuldade sem meios de prosseguir no seu trabalho.

V. Exa. teria dito, também, que já estão produzindo mudas refratárias à *hemileia*. No Espírito Santo, pelas estatísticas, há cerca de 14 milhões de mudas. Li, em alguns jornais, que estas mudas serão erradicadas. Como ficarão, então, os lavradores, sem novas mudas para o plantio? É bem verdade que a notícia dizia que essas mudas seriam pagas.

Tenho, ainda, uma outra pergunta, do interesse do meu Estado, como do interesse, também, dos Estados que produzem borracha, na Amazônia, com referência à juta.

Recentemente, o Ministro da Fazenda liberou cerca de 14 milhões para financiamento de compra de sacaria de juta. Essa atitude foi tomada tendo em vista o aumento da safra de juta no corrente ano levando em consideração ainda a capacidade ociosa das indústrias de sacaria da Região Norte.

Alguns investimentos, por mais promissores que parecem, podem não ter viabilidade, imediata, sem correr o risco de prejudicar o nível de vida de uma comunidade. Assim, pergunto à V. Exa. quais as medidas que o Governo Federal vem adotando no sentido de incrementar ou, no mínimo, estabilizar o consumo de produtos fei-

tos de juta, como embalagens aproveitando-as em produtos que compõem esse tipo de embalagem, tais como o café e feijão, sem falar no açúcar demerara, que hoje já se cogita em se substituir a embalagem tradicional por embalagens de plástico.

Em face do plano de ocupação da Amazônia, pergunto a V. Exa. se o Governo está elaborando algum projeto no sentido de revitalizar a exploração dos seringais, a fim de possibilitar a recuperação de rios e fronteiras que vêm sendo paulatinamente abandonadas. Em caso positivo, quais as medidas que V. Exa. pode preconizar?

A última pergunta é com referência à Usina Siderúrgica de Tubarão.

Como V. Exa. sabe, o Pôrto de Tubarão, em Vitória, no Espírito Santo, é um dos maiores do mundo. Ali se encontram o carvão e o minério. Portanto, é o ponto mais favorável para a implantação da grande indústria siderúrgica, cujos perfis poderão concorrer no mercado internacional. É o ponto a meu ver mais indicado neste continente.

Perguntaria a V. Exa., se é das cogitações do seu Ministério e do Governo implantar ali, num prazo relativamente curto, a grande usina que possibilitará a exportação de ferro, aço e semi-acabados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. MINISTRO MARCUS VINI- CIUS PRATINI DE MORAES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a primeira pergunta do Sr. Senador Carlos Lindenberg é relativa ao solúvel. Gostaria de assinalar que, do ponto de vista brasileiro, nada mais há que fazer. Consideramos encerrada a questão, após o estabelecimento da taxa de 13 cents. Poderão ser tomadas outras medidas, por parte dos países consumidores, porém não temos notícia de providência alguma ou de proposta concreta de providências, até o momento.

Com relação ao problema do café, no Espírito Santo, realmente, logo após a publicação da portaria do Ministério da Agricultura, interditando

as áreas atingidas pela "ferrugem", foram suspensos os financiamentos para plantio novo e de cesteiro. Pouco tempo depois, restabelecemos o financiamento de cesteiro da lavoura porque, realmente, não haveria justificativa para a suspensão desses financiamentos. Porém não foram concedidos financiamentos para novos plantios.

Os canteiros contaminados das áreas interditadas vão ser indenizados pelo IBC, à razão de dez centavos por muda. Nesse sentido o GERCA enviou cerca de doze emissários ao Espírito Santo, a fim de fazerem a identificação e a contagem das mudas disponíveis que não terão financiamento oficial para o plantio. No entanto, o plantio não está proibido.

Com relação ao problema da juta, não disponho de dados suficientes, no momento, para dar a V. Exa. uma informação precisa. Sei, no entanto, que o panorama no mercado internacional dessa fibra não é muito promissor, e que nós temos de estar preparados para os avanços que a tecnologia vai trazer, e está trazendo, no campo de embalagens de produtos agrícolas.

Terei o maior prazer de prestar a V. Exa., por escrito, informações mais precisas quanto a esse problema.

Com relação ao problema da borracha, há uma semana autorizamos o aumento do preço da borracha natural em 20%, com o objetivo de elevar ou reajustar os níveis de remuneração dos produtores da Amazônia.

Existe um programa de plantio em curso, no Estado do Acre. É outra tentativa de plantio. No entanto, não recebemos ainda, do órgão competente, uma programação definida, quanto ao plantio de borracha e de desenvolvimento da heveacultura que, nos parece, sem dúvida, uma providência necessária. Creio que os testes realizados de plantio, digamos de culturas modernas, plantios racionais, têm dado bons resultados no Acre. Tenho a impressão que essas experiências nos indicam o rumo a seguir, agora, para o desenvolvimento da heveacultura.

Com relação à usina de Tubarão, segundo estou informado pelo Ministro das Minas e Energia, há um grupo que se propõe realizar empreendimen-

to. Esperamos, em poucos meses, ter uma definição final sobre a execução desse empreendimento, que reputamos do maior interesse para o desenvolvimento da siderurgia brasileira.

O Sr. Carlos Lindenberg — Os meus agradecimentos a V. Exa. e minhas congratulações pela sua exposição, que nos trouxe esclarecimentos preciosos. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Tem a palavra o nobre Senador Flávio Brito.

O SR. FLÁVIO BRITO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Pratini de Moraes. A Liderança de meu Partido designou-me para agradecer esta sabatina de três horas em que o eminente Ministro da Indústria e do Comércio respondeu às interpretações, num total de vinte e cinco perguntas. Nós mesmos reconhecemos o esforço, a capacidade de V. Exa., Sr. Ministro, porquanto sua Pasta, é um superministério, que tem a responsabilidade do setor que carreia divisas para o País.

Sr. Presidente, não podia deixar de acrescentar que já no III Congresso de Café, realizado em Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, o Ministro Pratini de Moraes, só com seu comparecimento, demonstrava sua preocupação e a do Governo, que naquele conclave representava, acerca da "hemileia vastatrix". Este foi um dos primeiros problemas que o jovem Ministro teve de enfrentar. Somos testemunhas das afirmações que S. Exa., o Ministro, fêz naquele Congresso, as quais cumpriu. Somos testemunha de que V. Exa. comunicou, naquela data, já ter solicitado ao Governo o crédito de quarenta milhões para atendimento dos primeiros socorros aos Estados já atacados pela hemileia.

Em nossa última viagem a Portugal, testemunhamos o interesse do Instituto Tecnológico Agrícola pelo problema da hemileia. Falou-nos o Professor Branquinho de Oliveira — que conta com dezenas de cientistas, da preocupação do Ministro Marcus Vini- cius, do seu interesse pessoal, de Presidente do Instituto Brasileiro do Café, em acompanhar passo a passo o problema da hemileia nos Estados atingidos.

Somos testemunhas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do que afirmou o Professor Branquinho de Oliveira sobre a questão da hemileia no Brasil.

Disse que, em face da presteza com que o Governo brasileiro estava atacando, o problema, embora grave, não era de se desesperar.

Interpelei V. Exa., Sr. Ministro, com a responsabilidade de Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa e da Confederação Nacional de Agricultura. Ouvimos as indagações feitas, pelo eminente Senador José Ermírio de Moraes, que é da Oposição, mas que todas as vezes em que comparece a esta Casa um Ministro de Estado, faz perguntas, interpelações construtivas, em que se vê o interesse desse grande brasileiro, desse grande industrial, desse grande Senador.

Por tudo isso, Sr. Ministro, verifica-se o interesse e o respeito com que esta Casa o ouviu durante essas três horas — o partido da Situação e o partido da Oposição. Nas respostas

firmes pelas quais V. Exa. deu conhecimento a todos os Srs. Senadores de problemas da agricultura, da indústria, da comercialização, sentimos a orientação que V. Exa. deu a esse Ministério. Respondeu com conhecimento de causa a todas as dúvidas, até mesmo com franqueza, ao dizer que não é contra o capital estrangeiro, afirmação que eu já ouvi do eminente Ministro muitas vezes.

Temos ainda a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores que, quando os colegas que compõem a Comissão de Agricultura solicitaram fosse feito requerimento para o comparecimento do jovem Ministro, imediatamente S. Exa. me telefonou dizendo que não era necessária a convocação, pois queria vir espontaneamente à Comissão de Agricultura. Depois procurou-me novamente, assim como ao Líder do Governo nesta Casa, o eminente Senador Filinto Müller, para dizer que fazia questão de vir a plenário, não só para responder quanto ao grande problema da sua pasta, que todos aqui e

o Brasil todo já discutimos — que é o problema da hemileia, mas queria vir a plenário para responder também sobre outros assuntos pertinentes à sua pasta.

Então, Sr. Ministro, em nome da liderança do meu partido, quero agradecer a V. Exa. e me congratular com o Sr. Presidente da República por essa equipe de jovens, como já foi dito. V. Exa., com seus 31 anos, demonstrou conhecimento profundo de todos os problemas inerentes à sua pasta. No nosso setor, o da agricultura, que ainda representa mais de 50% do movimento de dólares que entra no País, o conhecimento de V. Exa. é vasto, conforme ficou comprovado.

Por isso, Sr. Ministro, em nome da liderança do meu partido, congratulo-me com V. Exa. e com todos os técnicos que aqui compareceram para nos dar essas explicações, durante estas três horas consecutivas. (Muito bem! Palmas.)

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 1/70

A Diretoria do Patrimônio faz público, para conhecimento dos interessados, que abrirá, às 16 (dezesseis) horas do dia 18 de agosto de 1970, na Seção de Aquisição de Material, 8.º andar do Edifício Anexo do Senado Federal, em Brasília — DF., propostas de preços dos materiais conforme especificações e condições abaixo mencionadas:

36 microfones marca RCA modelo BK1-A, ou similar.

CONDIÇÕES GERAIS

1.º — As propostas deverão ser entregues até às 15 (quinze) horas do dia 18 de agosto de 1970, na Diretoria do Patrimônio, 8.º andar do Edifício Anexo do Senado Federal, em Brasília — DF., datilografadas em papel timbrado da firma, em duas vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contidas em invólucros fechados, constando, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) nome e endereço do proponente;
- b) menção à Tomada de Preços (n.º) e ao dia da abertura;
- c) especificação clara e detalhada do material oferecido;
- d) preço total em algarismo e por extenso, com a parcela referente ao imposto, separada;
- e) validade da proposta (mínimo de 45 dias);
- f) prazo de entrega do material;

g) declaração expressa de aceitação plena e total das condições deste Edital.

2.º — Exige-se de cada licitante a apresentação, em sobrecarta, também fechada, do Certificado de Fornecedor do Governo Federal ou Estadual (fotocópia), devidamente atualizado, constando na referida sobrecarta o nome e endereço do proponente, bem como menção à Tomada de Preços (n.º) e ao dia da abertura.

3.º — Caso a adjudicatária se recuse a fornecer o material proposto, ou o faça fora das especificações, reserva-se ao Senado Federal o direito de optar pela adjudicação à seguinte colocada, sujeitando-se a firma faltosa às penalidades legais cabíveis, bem como ao ônus da despesa resultante da diferença de preços verificada. A segunda adjudicatária, nesse caso, estará sujeita às mesmas exigências feitas à primeira.

4.º — Não serão consideradas as propostas feitas em desacordo às especificações, exigências e condições do presente Edital.

5.º — Fica estabelecido o percentual de 0,3% (três décimos por cento), a título de multa sobre o total da adjudicação, por dia de atraso na entrega do material, até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo, devidamente comprovado. Fendo esse prazo, serão aplicadas as penalidades previstas no item 3 das condições gerais deste Edital.

6.º — Na hipótese do item 3 destas condições, o fornecedor faltoso será notificado para recolher à Diretoria-Geral da Secretaria do Senado Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, as importâncias das penalidades impostas. E quando aplicada a multa prevista no item 5, será recolhida por ocasião do pagamento das faturas, relativas ao material entregue em atraso.

7.º — A critério do Senado Federal, a presente Tomada de Preços poderá ser transferida, cancelada ou anulada sem que, por esse motivo, possam os concorrentes reclamar qualquer direito, tanto na esfera administrativa como na judiciária.

Brasília, em 30 de julho de 1970. — José Soares de Oliveira Filho, Diretor do Patrimônio.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

7.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 1970

As 21 horas do dia 28 de julho de 1970, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Júlio Leite, presentes os Srs. Dinarte Mariz, Guido Mondin, Argemiro de Figueiredo, Waldemar Alcântara e Petrônio Portella, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Senadores Eurico Rezende, Atílio Fontana, Clodomir Millet, Antônio Fernandes, Aurélio Vianna, Adalberto Sena e Oscar Passos.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Dinarte Mariz, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 21-DF, de 1970, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$... 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros), para o fim que específica.

O parecer é aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário ad hoc, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Subcomissão incumbida de estudar o problema da situação da indústria siderúrgica do País, apresentando, se for o caso, as recomendações necessárias ao seu desenvolvimento, criada por decisão da Comissão de Minas e Energia, em sua reunião de 18 de junho de 1970, em decorrência da aprovação da Indicação n.º 1, de 1970, de autoria do Senador José Ermírio.

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 1970

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Srs. Senadores José Ermírio, Relator, Carlos Lindenbergs, Guido Mondin, Júlio Leite, Paulo Tórrres e Ruy Carneiro, reúne-se a Subcomissão da Comissão de Minas e Energia, incumbida de estudar o problema da situação da indústria siderúrgica do País.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é, em seguida, dada como aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente comunica os motivos desta reunião, ou seja, a visita que faz à Subcomissão, atendendo ao convite que lhe foi dirigido, o Exmo. Sr. General Alfredo Américo da Silva, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, o qual, após fazer breve exposição, se coloca à disposição dos Srs. Senadores para os esclarecimentos que forem necessários.

Nessa oportunidade, fazem uso da palavra os Srs. Senadores José Ermírio, Carlos Lindenbergs e Antônio Carlos.

Finalmente, o Sr. Presidente agradece ao Sr. General Alfredo Américo da Silva o seu comparecimento, destacando o seu valiosíssimo depoimento e se congratulando pela objetividade, conhecimento e sabedoria que S. Exa. demonstrou, não só na exposição preliminar, como também nas respostas às perguntas que lhes foram dirigidas.

Os debates travados na presente reunião foram taquigráfados e serão publicados como parte integrante dessa Ata.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário da Subcomissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO DA ATA DA 2.ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA, REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 1970, ÀS 15 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo

Sr. Presidente da Subcomissão

Presidente: Senador José Leite

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

Relator: Senador José Ermírio

Convidado: General Alfredo Américo da Silva,

Presidente da PETROBRAS S/A

Integra do Apanhamento Taquigráfico

Referido na Ata

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Está aberta a reunião da Subcomissão da Comissão de Minas e Energia, encarregada de estudar o problema da situação da indústria siderúrgica no País.

Convidado o Senhor Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, que aquiesceu ao nosso convite, para prestar esclarecimentos, a tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Há, sobre a mesa, ofício do Presidente em exercício da Comissão de Minas e Energia, designando membro-suplente desta Subcomissão o Sr. Senador Carlos Lindenberg, que já foi cientificado dessa designação e deverá, dentro de instantes, comparecer.

A Comissão de Minas e Energia, acolhendo proposta do Sr. Senador José Ermírio, decidiu criar uma subcomissão encarregada de estudar o problema da situação da indústria siderúrgica do País. Esta Subcomissão é composta pelos Senhores: Senador Júlio Leite, que foi eleito seu Presidente; pelo Presidente eventual dos trabalhos, Vice-Presidente, e pelo Sr. Senador José Ermírio, Relator da Subcomissão.

Elá se destina basicamente a colher elementos para se formar um juízo, aqui no Senado, sobre a situação da Companhia Siderúrgica Nacional, suas necessidades, suas perspectivas e as soluções que a técnica e a economia estão a ditar para esse problema.

Resolveu a comissão iniciar seus trabalhos, convidando V. Exa. para nos dar a honra de seu comparecimento ao Senado e prestar o depoimento sobre o tema dos nossos trabalhos, que é justamente a situação da Companhia Siderúrgica do País.

Consulto a V. Exa. se deseja iniciar, desde logo, seu depoimento precioso para esta comissão, ou se deseja que dé a palavra ao Sr. Relator, para que formule perguntas.

V. Exa. é juiz do encaminhamento do debate.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA —
Muito obrigado.

Em primeiro lugar, quero agradecer, em meu nome e no da Companhia Siderúrgica Nacional, a honra com que fomos distinguidos com o convite para aqui comparecermos, a fim de prestar nosso depoimento.

Em segundo lugar, quero me congratular com os membros desta Comissão e, *ipso facto*, com o Senado pelo interesse que essa convocação evidencia no que diz respeito aos problemas de envergadura de nosso País.

Como sabemos todos, a indústria siderúrgica é considerada como indústria básica e, hoje em dia, podemos considerá-la como a mais básica de todas elas. De maneira que o interesse pelo que se passa, pelo que se faz e pelo que se poderá fazer, manifestado pelo Senado, é interesse dos mais legítimos e corresponde ao nosso patriotismo e ao desejo de nos desenvolvermos e crescermos a fim de ocuparmos, no concerto das Nações, o lugar que a nossa natureza, a nossa inteligência e o nosso povo nos conferem.

Antes, porém, de iniciar a exposição dos nossos trabalhos, desejava dizer alguma coisa sobre a Companhia Siderúrgica Nacional.

Lamentavelmente, por questão de tempo, só recebemos os quesitos do Sr. Relator quando aqui chegamos. Acredito, entretanto, que possamos respondê-los, se não a

todos pelo menos à grande maioria, com eficiência e com toda a segurança, ainda nos comprometendo a remeter, posteriormente, os dados que, porventura, aqui não possamos fornecer.

A Companhia Siderúrgica Nacional, como sabemos, é a primeira indústria a coque mineral estabelecida no Brasil sendo, hoje em dia, graças à continuidade de sua administração e à capacidade de seus técnicos, considerada como a primeira indústria siderúrgica em toda a América Latina. Em razão dessa situação é a única que tem assento no Instituto Internacional de Ferro e Aço, na sua diretoria, sendo eu o seu representante. De todos os países da América Latina, inclusive o México, é o Brasil o único que tem assento na Diretoria do Instituto Internacional de Ferro e Aço. É do conhecimento geral, a Companhia Siderúrgica Nacional marcou época no Brasil. Hoje podemos dizer: o Brasil antes de Volta Redonda, e o Brasil depois de Volta Redonda. Antes a siderurgia era a carvão vegetal e, neste ponto, pedimos a atenção de todos para a Companhia Belgo-Mineira, pioneira na grande produção. No entanto, essa Siderúrgica trabalha com carvão vegetal e sua capacidade é de 500 mil toneladas anuais.

Já marchamos para um milhão e meio e pretendemos, até 1980, alcançar 4 milhões. Diga-se de passagem, o problema vem sendo equacionado pelo Governo. Nossa primeiro objetivo é alcançar 2 milhões e meio, que cumprimos em fins de 1975 ou princípio de 1976. Esse primeiro objetivo está dividido em duas etapas: uma, de 1.700.000 toneladas, a ser atingidas em 1973; e outra, de 1.800.000, em 1975. De 1975 a 1980 devemos estar com 4 milhões ou pouco mais, se houver espaço. Estudos de layout, de localização de equipamentos estão sendo realizados, mas no mínimo teremos quatro milhões e daí Volta Redonda não poderá mais crescer agora paralelamente.

O Governo, diga-se de passagem, e para honra e satisfação nossa, que trabalhamos neste setor, está muito empenhado no desenvolvimento da siderurgia nacional; reconhece que atravessamos uma fase de depressão proclamada pelo próprio Governo, e que, hoje em dia, vem sendo atenuada e encarada com seriedade e vontade de vencer.

O próprio Governo reconhece que os nossos planos estão com um atraso de dois a dois anos e meio, e temos que recuperar esse tempo perdido até 1980.

O Governo criou a CONSIDER, que é o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica, constituída por mais três Ministros — o da Fazenda, o do Planejamento e o das Minas e Energia, os dois Presidentes das maiores instituições bancárias, como o do Banco do Brasil e o BNDE, o Banco de Desenvolvimento. E, ainda, o Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia que é uma associação de caráter privado reconhecida como de utilidade pública, que congrega todos os fabricantes de aço, de ferro, tanto as integradas como não.

A principal dificuldade que a siderurgia tem encontrado, além dessa depressão, é mundial — a questão de capital.

Como sabemos o Brasil é um País parco em capital, e o capital na siderurgia, o investimento na siderurgia é um dos maiores investimentos, ao mesmo tempo em que é um dos que tem menos rendimento. Daí a compreensão do Governo em ter que auxiliar as indústrias siderúrgicas. A França, por exemplo, toma dinheiro a 6% e empresta para as siderúrgicas a 3%. Não há governo que não ajude a sua siderúrgica.

Com prazer e satisfação reconheço que o Governo atual está imbuído dessas idéias, comprehende perfeitamente a necessidade de desenvolver a siderurgia e fazer com que ela cresca.

Estou informado de que o plano do Governo — aí já fujo um pouco da minha seara, que é a C.S.N. — é no sentido de, em 1975, dobrar a produção, ou seja, 10 milhões de toneladas. A nossa produção, no ano passado, foi 4,9 milhões de toneladas, praticamente 5 milhões de toneladas. O Governo pretende, em 1975, estar com essa produção dobrada, 10 milhões e, em 1980, com 20 milhões de toneladas, sendo que, pelos estudos feitos, pesquisas de mercado, etc., até 1980 a demanda interna será de 15 milhões de toneladas, sobrando, portanto, para a exportação, 5 milhões de toneladas.

É oportuno também dizer que o Brasil atualmente já exporta aço. Quando houve a depressão, provocada pelo combate à inflação, as siderúrgicas lutaram com muita dificuldade e então uma das saídas com que procuraram aliviar a situação foi procurar mercado exportador. E conseguiu-se. Desde 1966 que o Brasil vem exportando aço. Hoje em dia, nós limitamos essa exportação ao máximo de 10% da nossa produção, por dois motivos. Primeiro nós exportamos mais, embora seja mais interessante exportar, hoje, do que vender no mercado interno. Mas nós pretendemos, como órgão do Governo, atender primeiro o mercado interno. Mantemos a percentagem de 10% de exportação, para não perdermos o vínculo de exportação que nos custou muito a ganhar, a fazer este mercado.

Exportamos principalmente para os países sul-americanos, em especial para a Argentina e Uruguai, e mesmo para os Estados Unidos, e, ultimamente, temos feito exportações até para a Europa, inclusive Itália que é um grande produtor de aço.

Mas, apesar de tudo isso, ainda lutamos com muitas dificuldades, e como eu falei há pouco, o principal é o recurso monetário. É com prazer que digo que recursos estrangeiros em moeda forte não nos faltam. Nós somos assediados, procurados por banqueiros de todas as nacionalidades para nos emprestarem dinheiro para a expansão. Mas, de um modo geral, a cada dólar, dólar mesmo, ou moeda estrangeira correspondente que se gasta em equipamento, precisamos gastar, no Brasil, em construções civis, de base e infra-estrutura, para receber este equipamento, uma média de 1,8 a 2 dólares, em cruzeiros, e este dinheiro é que não temos, que nos falta. São os cruzeiros. Dinheiro estrangeiro não nos falta, mas não podemos tê-lo se não dispomos de cruzeiros, para não acontecer, por exemplo, o que aconteceu com a COSIPA, que importou uma fábrica de sinter, e todo o equipamento ficou guardado, encaixotado, durante nove anos. Para

fazer as edificações, a estrutura, enfim para montar esse equipamento o problema principal é o dos cruzeiros.

O Governo está empenhado em consegui-los, e eu acredito que sim, não sei de que modo. Aliás, há poucos dias, na Escola Superior de Guerra, tive a oportunidade de dar uma "deixa", vamos dizer assim, que seria uma taxa sobre as exportações de minério. Não comuniquei esta sugestão ao Governo, foi o que surgiu na Escola Superior de Guerra, eu levei essa idéia de que se exportamos minérios e manganês — não digo sobre todos os minérios, mas sobre os que têm aplicação na indústria siderúrgica —, não me parece injusto que sobre a sua exportação se fixe uma taxa para a expansão da siderurgia nacional. Assim como pagamos uma taxa para a renovação de portos, uma taxa para a ELETROBRAS, não vejo inconveniente na medida. Em todo o caso, é um problema de Governo, e sobre esse problema eu falo aqui, de passagem:

Acredito que o Governo vai resolvê-lo, levando-se em conta, atualmente, a reformulação do Conselho, com os poderes que tem, inclusive o de influir diretamente nas importações, exportações e nos preços. Esse problema está equacionado e será resolvido.

Estou à disposição do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — A Comissão agradece a objetiva exposição de V. Exa., feita preliminarmente, e concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Ermírio) — Sr. Presidente da Cia. Siderúrgica Nacional, Srs. Diretores e Srs. Jornalistas: da exposição que ouvimos do Sr. General Alfredo Américo da Silva aprendemos muitas coisas. A primeira é o exemplo da França, que toma dinheiro a seis por cento e empresta a três para a Siderurgia. Por que isto? Porque com o desenvolvimento da siderurgia aumenta o número de empregos no País. Esta diferença em juros significa muito para a nação no desenvolvimento da siderurgia. O segundo foi uma coisa excepcional: é melhor exportar do que vender no consumo interno. É algo espetacular. Nós que dizíamos que não podíamos fazer aço a preço favorável, no entanto, apesar dos juros elevados no País, já fizemos para vender para o exterior. E a terceira, sobre as taxas de exportação de minérios. Nas minhas perguntas faço uma comparação: os exportadores de minério estão ganhando de quatro a cinco vezes mais do que os fabricantes de aço, com uma simples cavação de buracos nos depósitos de minérios que mandam para fora. Ai temos Volta Redonda, que todos conhecemos, orgulho do Brasil em siderurgia, responsável pelo desenvolvimento do País. No entanto o que verificamos, repito, é que, com a exportação de minérios, ganha-se muito mais dinheiro do que fabricando aço, no Brasil.

Se me permite, Sr. Presidente, começarei a formular as perguntas. Lamento apenas ter entregue as perguntas nesse momento ao Sr. General Alfredo Américo da Silva. Se V. Exa. não puder respondê-las, agora, teremos o mesmo prazer em receber as respostas posteriormente e as incluiremos no nosso relatório da Comissão.

A culpa é tóda minha, pois não recebi o telegrama de V. Exa. para a inauguração do escritório, em Brasília. Teria imenso prazer em comparecer àquela inauguração, ocasião em que poderia fazer a entrega das perguntas a V. Exa. Essa foi uma falta involuntária, de minha parte, e pela qual peço desculpas a V. Exa.

(Lendo)

Conheço a Cia. Siderúrgica Nacional muito antes de ela iniciar a compra do terreno onde se encontra, na fazenda Volta Redonda — cuja área muito grande fica próxima à Barra Mansa, hoje município de Volta Redonda, que sugeri a Getúlio Vargas que, se não me engano, foi adquirida por menos de um mil contos de réis e que já havia sido visitada por mim. Tive ainda a grande honra de prever a sua organização, depois. No ano de 1938, o Presidente Getúlio Vargas visitou São Paulo. Nessa oportunidade, fui honrado pelo convite das classes produtoras do Estado para fazer a saudação àquele inesquecível homem público, o que fiz na Bólsa de Mercadorias. Formulei um apelo ao Presidente Vargas para inicio da grande siderurgia no País, num almoço que lhe oferecemos na Companhia Nitro Química Brasileira. Ao terminar a visita à tóda fábrica, Getúlio admirou-se pelo seu tamanho, quando então lhe disse:

"Presidente Getúlio Vargas, um particular construiu esta fábrica que Vossa Excelência tanto admira, agora o Governo tem que fazer a siderurgia."

Tempos depois, seguiu para Volta Redonda o Engº Ari Frederico Tórres, que, naquela ocasião, trabalhava conosco na Nitro Química, e que foi encarregado de executar tódas as obras civis da referida empréssia, e, ao mesmo tempo, era encarregado o Ministro Edmundo de Macedo Soares de estudar a parte metalúrgica. Pertenci, então, ao Conselho da Cia. Siderúrgica Nacional até o dia em que fui chamado pelo ex-Presidente Jânio Quadros para ocupar o cargo de embaixador do Brasil em Bonn, na Alemanha. Como todo o Brasil sabe, o meu nome foi rejeitado pelo Senado, razão pela qual, resolvi, de acordo com o meu grande amigo Francisco Clementino Santiago Dantas, pleitear minha condução para Senador, onde me encontro, sem mágoas e servindo o nosso País. Mas, no que toca à siderurgia, quero lembrar nossa luta quando, tendo recebido uma oferta para adquirir as reservas minerais da St. John del Rey Mining Co., através de nosso escritório de Londres, intercedi junto ao ex-Presidente Juscelino Kubitscheck para que fossem compradas por esta companhia Siderúrgica Nacional, conforme nosso grande desejo em vê-las em poder de brasileiros. O Presidente, após haver concordado com esta pretensão, deixou de cumprí-la, não sei porque razão. Na reunião do Conselho, trinta dias depois, na Guanabara, indaguei do tesoureiro da empréssia, senhor Adão de Freitas, que tinha sido diretor do Banco do Brasil, sobre o pagamento, quando então me respondeu que não havia recebido nenhuma ordem nesse sentido, apesar de contar com os 180 mil contos e que podia dá-los imediatamente. Voltei desolado da reunião vendo que havíamos perdido um grande negócio, que visava ajudar a grande siderurgia brasileira. Três dias de-

pois, ao telegrafar para Londres, fui informado pelo nosso escritório daquela cidade, pelo senhor Hugo C. Brown, que a maioria da St. John del Rey tinha sido vendida à Hanna Mining. Trabalhando na St. John del Rey, pesquisei os minérios auríferos, ferríferos e arseníferos e principalmente o Pico do Itabirito, onde durante várias semanas fiquei acampado, estudando-o.

São, pois, antigas as nossas ligações de afeto com a grande empréssia que o General Alfredo Américo da Silva dirige.

Peço licença para o ilustre presidente a fim de fazê-lhe as seguintes perguntas:

Primeira:

Gostaria de saber de V. Exa. qual o programa de expansão que está previsto, assim como o de produção siderúrgica e as linhas de fabricação dos produtos provenientes do aço.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Esta primeira pergunta, quanto à parte de programação, já tive oportunidade de esclarecer. Há uma primeira etapa de 2,5 milhões de toneladas e uma segunda etapa de até 4 milhões de toneladas para 1980. Temos, também, subetapas: até 1,7 milhões de toneladas para 1973, de 3 milhões para 1976 e de 4 a 4,5 milhões para 1980.

Dentro desta primeira etapa há uma subetapa de 1 milhão e 700 que será para 1973.

A linha de produção posso ler, em termos gerais:

DISTRIBUIÇÃO DAS VENDAS DE LAMINADOS

PRODUTOS	MERCADOS			
	Internos		Externos	
	t	%	t	%
Blocos e Tarugos	9.027	1,0	—	—
Placas	8.553	0,9	39.898	42,6
Trilhos	41.364	4,5	—	—
Acessórios p/ Trilhos	6.908	0,8	—	—
Perfilados	101.879	11,1	3.106	3,3
Barras Quadradas p/ Reia- minação	14.649	1,6	—	12,2
Chapas Grossas	116.563	12,8	4.521	4,8
Chapas Finais a Quente ..	56.998	6,2	7.074	7,6
Bobinas a Quente	119.648	13,1	793	0,8
Chapas Finais a Frio	96.343	10,5	19.589	20,9
Bobinas a Frio	62.962	6,9	6.281	6,7
Chapas Zincadas	46.364	5,1	—	—
Chapas Chumbadas	516	0,1	—	—
Fólios-de-Flandres-Imersão	3	—	—	—
Fólios-de-Flandres-Eletrolí- ticas	232.429	25,4	1.015	1,1
TOTAL	914.206	100,0	93.646	100,0

Sob encomenda, a Cia. ainda produz aços com especificações mais rigorosas, inclusive o aço corten.

Aí são, em resumo, os produtos da nossa linha de fabricação.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Vejam, Srs. Senadores, a imensa linha de fabricação numa empresa dirigida por brasileiros. Eu sempre digo: ninguém pode duvidar da competência dos usineiros brasileiros.

Segunda

A coqueria tem tamanho certo, não acontecendo o mesmo que sucede com a COSIPA, que tem atualmente a sua garganta estreitada por falta de produção de coque?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Para as necessidades atuais temos excesso, tanto que temos fornecido para a COSIPA u'a média de 3 a 4 mil toneladas de coque, porque temos capacidade ociosa. Para futura expansão, temos que aumentar nossa coqueria, o que também está previsto no plano de expansão.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — a) Quais as porcentagens de carvão de Santa Catarina que estão utilizando e quais os resultados obtidos?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — A percentagem de carvão de Santa Catarina é de 40%, o que onera sobremaneira o preço do nosso aço, primeiro porque o preço do carvão de Santa Catarina é aproximadamente o dobro do carvão importado; segundo, porque a porcentagem de cinza é muito elevada. De maneira que esse carvão diminui a produtividade da fabricação de gusa no alto-forno. Em todo caso, é um ônus que temos que manter e acredito que, com a expansão da indústria siderúrgica, é provável que essa porcentagem de 40% baixe. O que não é aconselhável é que a produção de Santa Catarina queira manter 40% de toda produção. Então, se, hoje em dia, estamos com uma produção de 5 milhões de toneladas e passamos para vinte milhões, é justo que essa porcentagem de carvão catarinense passe para dez. Não é justo; que se termine o que está lá, não só por questão de programa social, mas, também não é justo que continue a agravar o preço e a qualidade do nosso aço.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — b) Os subprodutos da fabricação de coque estão sendo aproveitados para fabricação de produtos químicos?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Estão, sim senhor. Estão sendo aproveitados integralmente.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — c) Qual, atualmente, o consumo de coque por tonelada de ferro gusa no alto-forno?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Um dos fatores do aumento desse consumo — estávamos um pouco defasados em relação ao resto do mundo — é justamente o carvão nacional; mas, devido a providências de ordem técnica, de carregamento do forno, como seja o emprégo do sinter, a nossa tendência é ficar abaixo de 600 quilos por tonelada. Pretendemos ficar em torno de 550 quilos, desde que completemos outras instalações de sin-

terização, mas, atualmente estamos em média de 600 — o que é muito. Mas, o principal responsável é o carvão catarinense.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A terceira pergunta V. Sa. já respondeu, quando deu os níveis de fabricação. Mas, falei de fabricação de estruturas de equipamentos: tem havido na importante linha criada pela Companhia Siderúrgica Nacional?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Tem, e estamos preparando uma fábrica de estruturas metálicas que está em pleno desenvolvimento e acredito que em 1973 ela esteja pronta — inclusive uma grande fábrica de perfis soldados.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A quarta pergunta é muito importante para nós todos que temos acompanhado os minérios de ferro no Brasil:

Quarta

Que reservas próprias de minério de ferro e manganês possui a CSN?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Isso é uma coisa que nunca sabemos perfeitamente, porque é razão de prospecção.

Até pouco tempo considerávamos nossas reservas em torno de 200 milhões, mas os últimos estudos que tivemos oportunidade de tomar conhecimento, em abril, quando estive em Lafayete, mostravam que temos 350 milhões de toneladas de reservas.

Quanto ao manganês, a reserva da Siderúrgica é insignificante e ainda comprávamos manganês para a fábrica de ferro gusa. Mas não tenho a poupança. A de ferro é de 350 milhões e a tendência é de se encontrar mais.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A quinta pergunta é a seguinte:

Possui essa importante indústria a fabricação de ferro-manganês para o seu consumo e também para vender a outros consumidores?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Possuímos uma fábrica de ferro líquido e de ferro-manganês, de ferro-silício, não só para nosso consumo, como também para consumo externo.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Tem o transporte ferroviário servido bem à empresa?

Quanto paga por tonelada de minério de ferro transportada e se esse preço é inferior, igual ou maior do que estão sendo dados para exportação? Dá o transporte ferroviário lucro à Central do Brasil?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — O transporte ferroviário tem-nos servido bem; nada temos a dizer contra o serviço de transporte efetuado pela Central do Brasil.

Quanto ao preço pagamos uma média de vinte cruzeiros por tonelada, por transporte, de Lafaiete até Volta

Redonda, que corresponde a cerca de quatrocentos quilômetros. Se esse preço é inferior, igual ou maior aos que estão sendo dados para a exportação não posso informar a V. Exas.

Quanto ao quesito indagando se dá lucro, à Central do Brasil, esse transporte ferroviário, acredito que sim.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Sétima pergunta: Qual a percentagem da produção de escória que está sendo aproveitada pelos fabricantes de cimento.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Cérra de cinqüenta por cento.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Oitava pergunta: Existe algum estudo, por parte da CSN, de comparação entre a produção de ferro por altos-fornos e por redução direta?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Não. Atualmente ainda não pensamos em utilizar a redução direta e não sei mesmo se chegaremos a pensar nisso.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Nona pergunta: Para melhorar a produção de fôrno é preciso que o minério fornecido tenha melhor concentração de ferro, o que tem sido feito ou pela peletização ou pela sinterização. Daí indagamos a V. Exa.: Como está a CSN equipada nesses setores?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — No momento temos uma usina de sinterização, com possibilidade de duas mil e quinhentas toneladas diárias. No fim do mês deveremos receber os preços para a construção de uma nova usina com capacidade para cinco mil toneladas, o que vai propiciar novos empregos para os dois altos-fornos. Essa nova usina, de cinco mil toneladas, já está concebida e propiciará o emprêgo de sinter nos dois altos-fornos. Essa usina está de tal forma concebida e projetada que, com pequena despesa, dobrará sua possibilidade.

Independentemente do grande aperfeiçoamento da sinterização, que passou a utilizar finos menores de 150 mexes (?), pensamos — e já se encontra na última etapa — pensamos em fazer uma usina de pelotas. Está programada para Joaquim Murtinho, onde há tempo a Companhia Siderúrgica Nacional comprou um terreno. Tencionávamos uma associação, no entanto não deu resultado, e tudo indica que concretizaremos o empreendimento sózinhos, após a etapa de 2 milhões e meio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Meus cumprimentos a V. Sa.

Realmente, com sua técnica aprimorada, com seu padrão internacional, a CSN pode fazer uma usina de peletização, como pode ampliar sua siderurgia, para utilização de sua indústria.

Décima

Está esta empresa projetando, instalando ou tem instalado para produção de aço o novo processo LINZ DONAVITZ, geralmente conhecido como LD?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Sim senhor. Nós atualmente trabalhamos, apenas, com Siemens-matin. Temos oito fórmulas de Siemens-matin, sendo que em três já usamos oxigênio, e pretendemos injetar oxigênio em todos eles, mas a previsão é a instalação de LD. A princípio, pensávamos fazer com corridas de panelas de 120 toneladas e já avançamos um pouco mais para 200 toneladas e provavelmente, iremos ter dois LD, de 200 toneladas cada um. E nessa ocasião, então, os Siemens-matin vão passar para o museu.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço a informação de V. Exa. E queria convidá-lo, em outubro, para assistir ao nosso LD funcionando.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Já sabia disso.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Décima primeira:

Pela revista APEC, de 22 de maio último, verifica-se que enquanto a CSN, em razão da contenção do preço do aço, durante cerca de 6 anos, empresa do mais alto gabarito, bem administrada, tem uma rentabilidade sobre o seu patrimônio de apenas 7,1%, os mineradores, exportadores de minério, estão com rendimento 4 a 5 vezes mais do que aquelas que deixam dentro da Nação uma riqueza permanente, uma técnica aprimorada, e servem como indústrias básicas ao desenvolvimento nacional. O que V. Exa. nos informa a respeito?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Primeiro é que realmente não é 7,1%; é em torno de 5%. Agora, quanto a essa rentabilidade dos minérios, parece-me uma injustiça. Estou de pleno acordo com V. Exa.

Décima segunda

Quais as providências que o Governo tem tomado, está tomando ou pretende tomar para que uma empresa como a CSN, que tem toda a garantia de lucro de seu investimento, possa atingir dentro de 5 anos a uma produção pelo menos do dobro da atual, com o devido aproveitamento dos seus subprodutos e de todas as linhas de fabricação já em funcionamento, todos eles muito importantes ao País?

Sr. Presidente, quero salientar ainda o seguinte: há uma poupança, hoje, no Brasil, de cerca de 25 bilhões de cruzeiros e se essa empresa, com boa administração, não puder captar recursos dentro do País, então é preciso estudar essas razões.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — O investimento nesta área com a poupança popular é muito difícil de se conseguir. Como tive oportunidade de dizer aqui, a siderurgia exige grandes investimentos e dá pequena renda. De maneira que o público não comparece a não ser eventualmente. Agora que o Governo está empenhado em nos carrear esses cruzeiros, tenho certeza absoluta de que ele está pensando como vai fazer, ele já nos deu uma primeira dose, que foi o aumento de 5%, a obrigatoriedade de 5% serem aplicados em investimen-

tos que aumentem a produtividade, quer dizer, a expansão propriamente dita. Isso se aplica a todas as indústrias siderúrgicas, tanto estatais como particulares.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Sr. Presidente, eu terminei estas perguntas, e V. Exa. não calcula a alegria de ouvir os planos do Governo com relação à siderurgia, que certamente com o desenvolvimento das siderúrgicas existentes, irá proporcionar ao Governo, mais adiante, oportunidade de instalar usinas em outros lugares onde haja possibilidade. Mesmo porque Volta Redonda tem um plano de 4 milhões de toneladas.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — No máximo 4,5 milhões de toneladas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Então já é tempo de pouco a pouco estudarmos outros lugares para instalar outras usinas, porque esta nação não pode ficar em 10 milhões de toneladas. Tem que subir muito mais.

Agradeço a V. Exa. a brilhante exposição que deu nesta Comissão, e espero em Deus que se cumpra o destino de se criar essa grande siderurgia, e nossa nação possa se orgulhar, cada dia mais, pela criação dessa indústria que foi o inicio do desenvolvimento deste País.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Preliminarmente, quero agradecer suas palavras, que nos encorajam e trazem mais alento, porque partidas da personalidade que acaba de falar, conhecida no Brasil, homem dinâmico, homem capaz, homem ativo, homem de indústria, perfeito conhedor dos nossos problemas. Mesmo porque hoje eu sinto que não há só programas, há programas e vontade de realizá-los. De maneira que, mais uma vez, agradeço a distinção que me conferiram fazendo-me aqui comparecer.

E, como disse, continuo à disposição de todos os presentes para quaisquer outras perguntas que queiram fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Eu pediria ao Sr. Senador Carlos Lindenberg para assumir a Presidência, pois eu desejo fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente da Siderúrgica.

(Assume a Presidência da Comissão o Senador Carlos Lindenberg.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Sr. Presidente, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão e no exercício da Presidência, já tive oportunidade de ressaltar a objetividade da exposição que V. Exa. fez preliminarmente, e, agora, quero acrescentar, no momento em que desejo dirigir algumas perguntas a V. Exa., a objetividade das respostas que V. Exa. deu às indagações do Sr. Relator, Senador José Ermírio.

Eu, Sr. Presidente, represento, no Senado, o Estado de Santa Catarina, e V. Exa. teve ocasião de, respondendo a duas perguntas do Sr. Senador José Ermírio, focalizar,

ainda que de passagem, o problema do consumo de carvão nacional pela nossa maior empresa siderúrgica.

O problema do carvão nacional é, como sabe V. Exa., onde a Companhia Siderúrgica opera e tem sido fator do desenvolvimento do Sul, quer no trabalho propriamente de mineração, quer no trabalho de operação do lavador de Capivari, ou da Usina Termelétrica que, durante muitos anos, atendeu a uma vasta região do Estado e que, hoje, funciona como complemento da Usina Termelétrica — SOTELCA.

Sabe V. Exa. que o problema do carvão sensibiliza muito o meu Estado, especialmente as populações da região da bacia carbonífera do sul do seu território. Quando eleito Senador, o primeiro discurso que fiz no Senado foi justamente sobre o problema do carvão. Desejaria, assim, inicialmente, que V. Exa. me informasse se procedem as notícias que foram publicadas na imprensa, há alguns dias, de que, no momento, há carência de carvão mineral no mercado mundial.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Realmente, há dificuldade em se adquirir carvão estrangeiro no momento. Habitualmente, só se comprava carvão nos Estados Unidos da América do Norte, onde estão localizadas as melhores minas e a melhor qualidade de carvão do mundo, pelo menos conhecida. Mas, devido a uma série de imposição de correntes de uma nova legislação, bem com das greves sucessivas não só dos mineiros como do pessoal do transporte, e quando não é de parte do pessoal do transporte é do pessoal do porto — temos tido dificuldade em trazer o carvão americano. Sabemos que iremos ter o carvão, em breve, mas naturalmente mais caro.

Há pouco tempo estive em contacto com um dos diretores de um dos nossos fornecedores de carvão nos Estados Unidos da América do Norte e ele me mostrou a legislação nova e me disse que, para cumprir aquela legislação, a empresa dele vai ter que dispensar cerca de 100 milhões de dólares.

Ora, a empresa irá gastar esses 100 milhões de dólares, o que não será da noite para o dia. Conseqüentemente o carvão irá encarecer.

Há que ressaltar também, que, nos Estados Unidos da América do Norte ninguém mais quer ser mineiro: há um padrão de vida elevado, a educação é muito desenvolvida e ninguém quer mais trabalhar como mineiro. Acontece, então, que a tendência é a de aumentar até para 10 dólares a hora do mineiro.

Por todos esses motivos, o carvão americano, no momento, está escasso mas, dentro de uns dois anos, acredito, ele voltará mas, evidentemente, mais caro.

Paralelamente a esses fatos, a Austrália está desenvolvendo, e tem feito prospecções e até já está nos fornecendo carvão, não digo que tão bom, mas tão satisfatório quanto o americano. E estamos com três encomendas, sendo que a primeira deve chegar em princípios deste mês, um navio de 32 mil toneladas de carvão bom

e relativamente barato, apesar da grande distância. Mesmo assim, mais barato do que o carvão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Há um problema sobre o qual o Ministério das Minas e Energia deve agir com urgência. Não é possível que Nação como o Brasil, com área sedimentada de mais de 3 milhões de quilômetros quadrados, não tenha na região, carvão bom. Não acredito. E, neste caso, evitar o dispêndio de buscar o carvão seja por estrada de ferro ou pelo rio, é importante para a Nação, porque poderíamos combinar com o carvão de Santa Catarina, de modo a dar ao Brasil a projeção que o Brasil precisa ter.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Ao que estou informado, a Companhia de Pesquisa de Minerais criada pelo Ministério das Minas e Energia está empenhada na pesquisa do carvão, e já estão fazendo prospecção nas zonas do Piauí e do Maranhão. A respeito da pergunta do nobre Senador José Ermírio devo informar que na Colômbia, atualmente, a cerca de 60 quilômetros do mar, foram descobertas minas de carvão, muito bom, e que está sendo estudado por técnicos da África do Sul. Na hipótese desse carvão colombiano ser bom, como tudo indica, teremos manancial de carvão mais perto e mais seguro.

Acredito, como V. Exa., Senador José Ermírio, que no Brasil encontremos melhor carvão que o de Santa Catarina. Mas, o carvão catarinense tem seu destino e não é perdido; ele pode ser empregado, o carvão-vapor, na produção da energia termo-elétrica. E a SIDESC, que estão fundando, e já criaram, vai trabalhar em Santa Catarina para aproveitar os rejeitos piritosos, fabricando principalmente o enxôfre e já, diretamente, o ácido sulfúrico.

De maneira que o carvão de Santa Catarina não está perdido. Acredito, como V. Exa. acredita, que temos, no Brasil, outro carvão melhor que o de Santa Catarina, para a siderurgia.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — A resposta de V. Exa. colocou o problema num primeiro enfoque, como já o coloquei, nesta Casa, em discurso em plenário e em parecer na Comissão de Constituição e Justiça, quando se discutia projeto que estabelecia percentagem mínima para o consumo do carvão nacional, isto é, tendo em vista a carência do carvão estrangeiro, no mercado internacional, a conclusão evidente é a de que o problema do carvão brasileiro é, em primeiro lugar, um problema de segurança nacional. Segurança nacional nos trêmos amplos do conceito atual de segurança nacional, segurança nacional para a nossa economia.

Por outro lado, toda a argumentação desenvolvida pelos representantes de Santa Catarina é no sentido de que a indústria carbonifera brasileira só poderá se desenvolver se houver equilíbrio entre o consumo dos diversos tipos de carvão que resultam da escolha do lavador de Capivari. Não temos sido desatentos àquelas ponderações que V. Exa. acaba de fazer no sentido de que o apro-

veitamento do carvão catarinense exige o seu emprêgo na produção de eletricidade, o que se vem fazendo, hoje, em larga escala na SOTELCA, neste momento com cerca de 25 quilowatts de capacidade de geração e uma ampliação em curso para 325 mil, com o aproveitamento dos rejeitos piritosos através da instalação de uma usina que produza ácido sulfúrico ou mesmo enxôfre in natura, na região produtora e, finalmente, o aproveitamento do carvão de boa qualidade, com aquele índice de cinzas o mínimo possível e com poder calorífico razoável.

Diante deste quadro e da informação de V. Exa. de que a percentagem de 40% atual em valor absoluto não deve ser reduzida, e sim a redução se fará tendo em vista a expansão da usina da Companhia Siderúrgica, dirijo a V. Exa. duas perguntas: Primeira, se há possibilidade de se compatibilizar a expansão da Companhia Siderúrgica e das outras siderúrgicas brasileiras com o consumo daquele carvão siderúrgico catarinense, que resultará da escolha do lavador de Capivari, aproveitando o carvão da SOTELCA e os resíduos piritosos da Carboquímica Catarinense. Esclarecendo melhor a minha pergunta, a nossa preocupação não é manter a porcentagem de 40%, pois se, realmente, a expansão for muito grande, poder-se-á verificar a hipótese de não termos percentagem de 40%. A nossa preocupação é de que a expansão se faça sem que se aproveite ou se utilize a produção que, naturalmente, tem crescimento vegetativo, tendo em vista o carvão vapor utilizado pela SOTELCA.

A Associação dos Produtores de Carvão Nacional tem feito uma série de *demandas*, tem adotado uma série de providências no sentido de mecanizar o carvão e aquinhajar a classe dos mineradores, de racionalizar a produção e isso somente concorrerá para o aumento da produção, que acredito não seja nessa parte que irá permitir o aumento da produção da percentagem de 40%.

Pergunto a V. Exa. se há perspectiva de, nessa expansão, não da nossa Siderúrgica, mas, também, das outras usinas, de se aproveitar a produção do carvão catarinense com as características de carvão siderúrgico.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Em primeiro lugar, pelas leis sociais, e no que diz respeito à mineração, o indivíduo que trabalha em minas se aposenta até com 15 anos de serviço, e V. Exa. sabe disso. De maneira que não me parece interessante que se aumente essa produção de carvão catarinense, de carvão vapor, que há lá sobrando. O ideal para nós da siderurgia é que esse teto de produção fosse mantido.

Então, se a Companhia Siderúrgica consome 1 milhão de toneladas de carvão catarinense por ano, continuará, através dos tempos, consumindo esse milhão; naturalmente, se crescer a produção, vai diminuir essa percentagem.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Sr. Presidente, finalmente, a última pergunta: quando pronunciou, já há alguns anos, o discurso a que fiz referência, tomei conhecimento de outros estudos e também de dois fatos — se eu não estiver absolutamente certo, pedirei que V. Exa.

me corrija: 1) em alguns países do centro da Europa, as usinas siderúrgicas utilizam carvões, senão tão pobres como o nosso, menos ricos do que aqueles obtidos nas minas dos Estados Unidos e da Inglaterra; 2) de acordo com o dimensionamento do alto-forno, a produtividade da rentabilidade de um carvão pobre como o brasileiro aumentaria, e, finalmente, existem sistemas de redução que permitem a utilização de um carvão pobre com maior rentabilidade do que o sistema que utilizamos.

Assim sendo, perguntaria a V. Exa. se nos planos de expansão da Companhia Siderúrgica essas circunstâncias estão sendo ou serão tomadas em conta, de modo a que possamos aproveitar o nosso carvão.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Não! Nos planos da Siderúrgica, não estamos pensando em mexer no carvão nacional sob qualquer aspecto.

Quanto a essa parte, como V. Exa. diz, de que alguns países da Europa estão consumindo, a notícia que tive foi de que eles até fecharam suas usinas de carvão para importar o produto americano, inclusive o alemão, se não me engano. Fecharam as minas porque era mais econômico, embora o carvão seja muito melhor do que o nosso; fecharam as minas e passaram a importar o carvão americano.

Com relação ao carvão catarinense, devemos fazer justiça num ponto: ele melhora muito o grau de resistência à compressão, de maneira que quanto maior for o alto-forno mais resistência há, desse carvão, à compressão. O carvão catarinense jamais, no meu entender, será dispensado, pois, nesse nosso futuro plano, pretendemos fazer altos-fornos com 6 mil toneladas. Os atuais são de 1.500, 1.800 toneladas. Um alto-forno de 6.000 toneladas tem carga muito pesada, de modo que se o carvão não for bastante resistente à compressão, ele não pode funcionar. Como exemplo, posso citar o Japão, que tem produção de 9 milhões de toneladas de carvão talvez um pouco melhor do que o catarinense — e usa seus 9 milhões de toneladas de carvão nacional, mas em compensação gastou quase 100 milhões de toneladas de carvão importado, ou mais; só do americano, ano passado, eles importaram 32 milhões. E V. Exa. já deve ter percebido que o Japão, às vezes, paga mais caro porém tem várias fontes de suprimento: compra minério aqui no Brasil, compra na Austrália, compra na África, quando seria mais econômico comprar na Austrália — e assim ele faz com todos seus suprimentos, que, de modo geral, são importados, porque ele não tem nada, a não ser um carvão ordinário, mas que ele usa. E o carvão catarinense tem essa virtude — o Coronel Ciro conhece muito esse problema: aumenta muito a resistência à compressão. Acredito que uma porcentagem de 10 a 15% de carvão nacional será muito bom para nossos altos-fornos, principalmente para os grandes altos-fornos.

Reassume a Presidência o Sr. Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Sou muito grato à atenção que V. Exa. deu às minhas perguntas. Muito obrigado.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Agradeço suas perguntas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) (Iniciando sem microfone.) — ... é que o carvão catarinense serve de aglutinante do coque, oferecendo grande resistência à compressão dos altos-fornos; portanto, já é uma grande vantagem.

Deverão comparecer aqui, dentro de alguns dias, os diretores da Companhia USIMINAS e da COSIPA, quando teremos a satisfação de ouvir outros informes.

Parece-me que quem gasta mais carvão catarinense é a Siderúrgica Nacional.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — É grande nossa contribuição; é igual à soma das duas — um pouco maior até do que a das duas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Indago aos Srs. Senadores se desejam fazer mais alguma pergunta — não só o Senador Carlos Lindenberg, que é membro, como os Senadores Paulo Tôrres, Guido Mondin e Júlio Leite, que nos honram com sua presença aqui. (Pausa.)

Tem a palavra o Sr. Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDENBERG — O ilustre Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional tem um vasto conhecimento do problema.

Eu faria algumas perguntas de esclarecimento e outras para sentir a opinião de V. Exa. sobre determinados assuntos.

V. Exa. falou, por exemplo, que o preço que se obtém pelo aço na venda para o exterior, isto é, na exportação, é melhor do que o preço interno.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Realmente, V. Exa. tinha o direito de entender assim. É por causa dos incentivos fiscais que o Governo está dando para a exportação.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Tinha a impressão de que havia uma certa dificuldade de dispor-se dos produtos semi-acabados, na concorrência internacional. Então, comprehendo agora que essa dificuldade é contornada pelos incentivos fiscais.

Isso é corolário para outro esclarecimento que pediria a V. Exa.

Qual seria a sua opinião com referência à montagem de uma grande siderúrgica junto ao Pôrto de Tubarão, em Vitória do Espírito Santo, onde o minério, quer de Santa Catarina, quer do exterior, se encontra com o minério que desce das minas de Cauê. Ou isso viria prejudicar de alguma forma a Siderúrgica Nacional?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — O que está no consenso dos futurólogos é que as siderúrgicas devem estar à beira-mar e sobre o mar, em usinas flutuantes.

— Não sei se V. Exa. teve oportunidade de ler, a respeito da questão do óleo combustível, da gasolina etc., em que já se pretende trazer o navio e, ao mesmo tempo, a refinaria, a fim de que, quando chegar ao porto, o produto já esteja pronto.

Há poucos dias estive em Pôrto Alegre, e uma pessoa de grande responsabilidade disse que os futurólogos já pensavam em fazer usinas de aço flutuantes: vinha o navio com o minério de carvão, de maneira que quando chegasse ao seu destino já estaria o lingote pronto. Pode ser que isso venha a acontecer: da beira do mar passarão, então, para dentro do mar. Não posso adiantar, entretanto, se isso, no momento, irá prejudicar ou não à indústria. O que ouço dizer é que essa usina de semi-acabados, do Espírito Santo, tem como objetivo a exportação. Se assim for acredito que não venha a tumultuar o nosso mercado interno. Entretanto, Sr. Senador Carlos Lindenberg, meu pensamento — e esta é uma opinião inteiramente pessoal — é que isso deve ser feito com a preocupação e mesmo com a obrigação de que, no dia em que se precisar do produto no mercado interno, haverá a obrigação de se atender a êste antes de se pensar em exportar. Jamais dever-se-á pensar no mercado interno para fazer concorrência às outras.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Outra pergunta: se não me falha a memória, é do meu conhecimento que, para a fabricação da fôlha de Flandres é necessário o óleo de dendê.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Certo.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Perguntaria, então, se a Companhia Siderúrgica Nacional estaria providenciando as plantações, para a obtenção desse óleo em quantidade necessária, ou se é importado da África?

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Não. Há muito que não se importa. A Companhia Siderúrgica Nacional tem uma subsidiária, justamente na Bahia, para a fabricação de óleo de dendê. E a produção é tão grande que vendemos no mercado interno. Por coincidência o Presidente dessa Companhia, o Coronel Magela, se encontra presente e poderá prestar maiores esclarecimentos, se V. Exas. o desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Tem a palavra o Sr. Cel. Magela.

O SR. CEL. MAGELA — Realmente, temos um programa industrial pioneiro em relação ao óleo de palma. Fugimos um pouco do critério usual nos quintais, através do rodão. Obtém-se a matéria-prima do palma no dendêzeiro plantado nos urubus, nome do local onde é encontrado. Além disso, nossa Companhia — a Palma — propicia adubos para os donos das terras e lhes dá assistência técnica, permitindo a duplicação e, às vezes, a triplicação de cada área. No entanto, o dendê da Bahia, o dendê nativo, é de má qualidade. Depois de longa ma-

turação, paralelamente já temos plantado palma em dois mil alqueires, palma de sementes selecionadas, de procedência africana, o que melhorará o rendimento de 12 a 22%. E exatamente neste ano uma parcela bastante grande desta plantação, ou seja, 600 hectares, está começando a dar a pleno contento.

Atualmente, a Real Palma tem uma empreesa agrária, com seríssimas dificuldades, e já produz mais do dôbro do que vem para a Siderúrgia. Ela produz 2.500 toneladas, e a Companhia Siderúrgica, precisamente, exatamente mil.

Os 1.500 restantes têm mercado franco, e o nosso produto disputado e a Real Palma tem tido sucesso absoluto, na qualidade desse produto, que passou, inclusive, a ter uma acidez de 8 e 10%, como é o dendê, usualmente obtido até então, para uma acidez de 1,5 a 2.

A Real Palma é uma empreesa de futuro promissor; está cumprindo a sua missão, e pretende duplicá-la a prazo bastante curto.

O consumo de graxa no Brasil, para o Sr. ter uma idéia, é de cerca de 14 quilos por habitantes: 20% do consumo per capita da Argentina.

Vê o Sr. como é amplo, e como são imensas as possibilidades de expansão local. O nosso dendê é disputado, dai termos que ver a quem vendê-lo, porque o freguês está na porta, e a Real Palma usando as suas plantações como, por exemplo de São Paulo, que está montando mais duas fábricas, ela está produzindo, apenas, a matéria prima. Compra-a. Faz a parte industrial e também a parte comercial.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Como é do conhecimento, logo no princípio da instalação da Belgo Mineira, eu viajava bastante naquela região e encontrava matas, desde Colatina até acima da Belgo Mineira. Uns 25 nos depois viajei por lá e encontrei aquilo tudo desmatado, transformado em capoeiras. Na sua opinião, na opinião de V. Exa. teria compensado ao Brasil essa madeira transformada em carvão para a siderurgia?

O SR. GENERAL AMÉRICO DA SILVA — Na época em que foi feito acredito que sim, hoje em dia, conforme oportunidade há pouco de dizer na Escola Superior de Guerra, considero a utilização de carvão vegetal na siderurgia ultrapassada. Acho que novas iniciativas utilizando o carvão vegetal não deverão ser tomadas, mas na época em que foi feita, estávamos em cima do minério e do carvão, era econômico e aceitável, hoje não. Nos atuais altos-fornos que funcionam no Brasil o carvão vegetal não é econômico e além disso é muito mais econômico explorar a polpa da madeira do que fazer carvão.

De maneira que penso que ela deve ser contida, o que existe fica como está, não deve crescer mais; acredito que, na época em que foi feito, não havia outra solução.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Estou de pleno acordo com V. Exa.

Agradeço a V. Exa., Presidente da Companhia de Óleo de Palmas, os esclarecimentos precisos e me congratulo por essas informações, que servirão muito a todos aqui no Senado.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. CEL. MAGELA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Algun dos Srs. Senadores deseja ainda fazer alguma pergunta ao Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional? (Pausa.)

O Sr. Relator deseja fazer alguma pergunta?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Sr. Presidente, em nome da subcomissão da Comissão de Minas e Energia que estuda o problema da situação carbonifera, quero agradecer a V. Exa. o comparecimento a esta Comissão, agradecer o seu valiosíssimo depoimento, e congratular-me pela objetividade, conhecimento e sabedoria que V. Exa. demonstrou, não só na exposição preliminar como também nas respostas às perguntas que foram dirigidas a V. Exa. Se V. Exa. tiver algum esclarecimento a dar por escrito, a Comissão agradeceria a remessa à sua Secretaria, para que o Sr. Relator pudesse, com todos os elementos possíveis, redigir o seu parecer sobre o problema que está preocupando o Senado, e para cuja solução o depoimento de V. Exa. foi contribuição preciosa.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Eu acredito que só uma pergunta, que foi a questão da possança de manganês é que não tenha sido respondida. De maneira que estou pronto a enviar o mais breve possível esse dado.

O SR. CORONEL MAGELA — A companhia realmente tem reservas de manganês bastante sumárias. Nas minas de Cucuruçu e Água Preta estão já em exaustão. O que acontece é o seguinte: na área geo-econômica de Lafaiete, onde a Companhia tem sua atividade fundamental, inclusive Mariana, Ouro Preto e toda aquela região, é extremamente difícil conseguir minas com condições razoáveis de possança de manganês. As companhias têm procurado, têm especulado, e realmente não encontram. Então torna-se mais fácil para nós adquirir o manganês, é mais econômico, ao invés de a companhia lançar uma atividade muito longe de onde mantenha as bases de suas operações, é muito mais fácil adquirir o manganês, ao invés de extrai-lo. Temos comprado manganês que vem de Goiás, e, além disso, o manganês como matéria-prima essencial para a siderurgia tem perdido valor em quantidade, em face da nova tecnologia, que reduziu de

menos da metade o seu uso por tonelada de aço produzido.

Fazemos, na nossa fábrica de ferro-liga em Lafaiete, o ferro-manganês usado na aciaria, com manganês comprado e algum que se obtém nas nossas minas. Não damos, portanto, à falta de manganês propriamente nenhuma importância fundamental.

Quanto ao aspecto do minério de ferro, cujas tonelagens são imensas e crescerão violentamente, a Companhia está perfeitamente aparelhada, com possança bastante para suprir não apenas agora a demanda mas suportar as suas expressões. Nossas minas não vão além de cem mil toneladas, e a de manganês 38/34, de manganês baixo.

O SR. GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA — Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero agradecer a honra que nos foi concedida de aqui comparecermos, para fazer a nossa exposição. Aos Srs. Senadores, especialmente ao ilustre Relator, quero transmitir o convite para que vão até Volta Redonda, visitar a cidade, e conhecer as nossas instalações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Muito obrigado a V. Exa. Comunico ainda aos Srs. Parlamentares que deverão ser convidadas a prestar esclarecimentos as seguintes personalidades:

Presidentes das seguintes empresas:

Usiminas

Cosipa

Aços Vilares

Belgo-Mineira

Aços Acesita

Aços Finos Piratini

Instituto Brasileiro de Siderurgia

Consider — Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica.

Usiba

Samitri

Cia. Vale do Rio Doce

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Reunião às 16 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

9.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 1970

As 17,30 horas do dia 30 de julho de 1970, na Sala das Comissões, de acordo com o § 3.º do artigo 81 do Regi-

mento Interno, assume a presidência o Sr. Senador Waldemar Alcântara, presentes os Srs. Senadores Guido Mondin, Petrônio Portella, Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro, Flávio Brito e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Cândido, Milton Trindade, Eurico Rezende e Antônio Balbino.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Iniciados os trabalhos, o Sr. Senador Guido Mondin apresenta seu parecer favorável ao Projeto de Resolução apresentado pela Comissão de Finanças ao Ofício S-11/70, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização ao Senado Federal para que a Prefeitura Municipal de Ijuí contraia empréstimo externo. Submetido a discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

25.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 1970

As 17 horas do dia 31 de julho de 1970, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Petrônio Por-

tella, presentes os Srs. Senadores Antônio Carlos, Guido Mondin, Carlos Lindenberg, Júlio Leite, Mem de Sá e Argemiro de Figueiredo, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Campos, Carvalho Pinto, Eurico Rezende, Arnon de Mello, Clodomir Millet, Bezerra Neto, Joséphat Marinho e Antônio Balbino.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Com a palavra, o Sr. Senador Carlos Lindenberg relata os seguintes projetos: favorável ao Projeto de Resolução apresentado pela Comissão de Finanças ao Ofício n.º S-11/70, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização ao Senado Federal para que a Prefeitura Municipal de Ijuí possa contrair empréstimo externo; pela audiência do Ministério da Educação e Cultura sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 26/70 — "Estabelece limite máximo para a cobrança de taxas nos estabelecimentos de ensino superior e diligencia junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 23/70"; Dispõe sobre a inclusão dos servidores municipais no regime de previdência social do INPS, alterando a redação do item I do art. 2.º da Lei n.º 3.807, de 26-8-60.

Submetidos à discussão e votação, são os pareceres aprovados unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- comentário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginalia (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRES VOLUMES — Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB — (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro — Av. Graça Aranha, 26, em Brasília — SQS 104 — Bloco "A" — Loja 11

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE) 1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE) 2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP) 1º-Secretário Fernando Corrêa (ARENA — MT) 2º-Secretário: Edmundo Levl (MDB — AM) 3º-Secretário: Paulo Tôrres (ARENA — RJ)	4º-Secretário: Manoel Villaça (ARENA — RN) 1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA) 2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI) 3º-Suplente: Domicio Gondim (ARENA — PB) 4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT) Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Guido Mondin (ARENA — RS) Dinarte Mariz (ARENA — RN) DO MDB Líder: Aurélio Vianna (GB) Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC) Bezerra Neto (MT)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS
E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	Mello Braga
José Leite	José Guiomard
Benedicto Valladares	Adolpho Franco
Vasconcelos Torres	Lobão da Silveira
Teotônio Vilela	Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama	José Ermírio
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 360.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito
Vice-Presidente: Atílio Fontana

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito	Benedicto Valladares
Ney Braga	José Guiomard
Atílio Fontana	Júlio Leite
Teotônio Vilela	Menezes Pimentel
Milton Trindade	Clodomir Millet

MDB

José Ermírio	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO
— ALALC**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	José Leite
Antônio Carlos	Eurico Rezende
Mello Braga	Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres	Carvalho Pinto
Mem de Sá	Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna	Pessoa de Queiroz
Adalberto Sena	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos	Mem de Sá
Antônio Carlos	Flávio Brito
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Milton Trindade
Guido Mondin	Júlio Leite
Petrônio Portella	Vasconcelos Torres
Carlos Lindenbergs	Adolpho Franco
Arnon de Mello	Filinto Müller
Clodomir Millet	Dinarte Mariz
Moura Andrade	

MDB

Antônio Balbino	Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto	Nogueira da Gama
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Petrônio Portella
Attilio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Guido Mondin
Antônio Fernandes

SUPLENTES

Benedicto Valladares
Mello Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Milton Trindade
Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena
Oscar Passos

Bezerra Neto
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA

TITULARES
Mem de Sá
Carlos Lindenbergs
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Ney Braga
Cattete Pinheiro
Attilio Fontana
Duarte Filho

SUPLENTES
José Leite
Filinto Müller
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Arnon de Mello
Antônio Carlos
Flávio Brito
Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto
José Ermírio
Pessoa de Queiroz

Nogueira da Gama
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA

TITULARES
Eurico Rezende
Ney Braga
Guido Mondin
Cattete Pinheiro
Duarte Filho

SUPLENTES
Benedicto Valladares
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Teotônio Vilela
Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA

TITULARES
Moura Andrade
Antônio Carlos
Waldemar Alcântara
Milton Trindade
Flávio Brito
José Cândido
Eurico Rezende
Guido Mondin

SUPLENTES
José Guiomard
Victorino Freire
Filinto Müller
Lobão da Silveira
Raul Giuberti
Petrônio Portella
Daniel Krieger

MDB

Ruy Carneiro
Antônio Balbino
Argemiro de Figueiredo

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA

TITULARES
Carvalho Pinto
Cattete Pinheiro
Mem de Sá
José Leite
Moura Andrade
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Raul Giuberti
Waldemar Alcântara
Vasconcelos Torres
Attilio Fontana
Dinarte Mariz

SUPLENTES
Carlos Lindenbergs
Teotônio Vilela
José Guiomard
Daniel Krieger
Petrônio Portella
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Flávio Brito
Filinto Müller
Duarte Filho
Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
José Ermírio

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
Flávio Brito
Adolpho Franco
Júlio Leite
Mem de Sá
Teotônio Vilela

SUPLENTES
José Cândido
Mello Braga
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Adolpho Franco
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****SUPLENTES**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Raul Giuberti
Duarte Filho**MDB**

Argemiro de Figueiredo

TITULARESAdolpho Franco
Victorino Freire
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

Aurélio Vianna

Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: José Leite**ARENA****SUPLENTES**Mello Braga
José Guiomard
Teotônio Vilela
Guido Mondin
Victorino Freire**MDB**

Oscar Passos

TITULARESAntônio Carlos
José Leite
Celso Ramos
Carlos Lindenbergs
Benedicto Valladares

Josaphat Marinho

José Ermírio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SÉCAS**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****SUPLENTES**Teotônio Vilela
José Leite
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Carlos Lindenbergs**MDB**

Aurélio Vianna

TITULARESClodomir Millet
Antônio Fernandes
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara**ARENA****SUPLENTES**Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Filinto Müller
Guido Mondin
José Guiomard**TITULARES**Daniel Krieger
Raul Giuberti
Antônio Carlos
Carlos Lindenbergs
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto**MDB**

Antônio Balbino

José Ermírio

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro

Secretário: Afrâncio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Antônio Carlos**ARENA****SUPLENTES**Filinto Müller
José Leite
Clodomir Millet
Mem de Sá**MDB**

Aurélio Vianna

Nogueira da Gama

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Gilberto Marinho
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz**ARENA****SUPLENTES**José Guiomard
Carlos Lindenbergs
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Clodomir Millet**MDB**

Josaphat Marinho

Antônio Balbino

Pessoa de Queiroz

Aurélio Vianna

Oscar Passos

Bezerra Neto

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Raul Giuberti**ARENA****SUPLENTES**Júlio Leite
Menezes Pimentel
José Leite
Flávio Brito
Vasconcelos Torres**MDB**

Nogueira da Gama

Ruy Carneiro

Adalberto Sena

Bezerra Neto

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
José Guiomard
Gilberto Marinho
Ney Braga
José Cândido

Oscar Passos
Aurélio Vianna

SUPLENTES

Filinto Müller
Atílio Fontana
Dinarte Mariz
Mello Braga
Celso Ramos

MDB

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenbergs
Vice-Presidente: José Guiomard

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
Carlos Lindenbergs
Arnon de Mello
Raul Giuberti
José Guiomard

Ruy Carneiro
Adalberto Sena

SUPLENTES

Celso Ramos
Petrônio Portella
Euríco Rezende
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Vasconcelos Torres
José Guiomard

Pessoa de Queiroz
Bezerra Neto

SUPLENTES

Guido Mondin
Atílio Fontana
Euríco Rezende
Lobão da Silveira
Carlos Lindenbergs

MDB

Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet
Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA**TITULARES**

Clodomir Millet
Milton Trindade
José Guiomard
Flávio Brito
Lobão da Silveira

Oscar Passos
Adalberto Sena

SUPLENTES

José Cândido
Filinto Müller
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Cattete Pinheiro

MDB

Aurélio Vianna

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**Relação de Publicações do Senado Federal
Com os Respectivos Preços de Venda**

	Cr\$	Cr\$
ANAIIS DO SENADO		
— Mês de maio de 1965 — Sessões 39. ^a a 50. ^a — Tomo I	7,50	
— Mês de maio de 1965 — Sessões 51. ^a a 62. ^a — Tomo II	7,50	
— Mês de julho de 1965 — Sessões 90. ^a a 106. ^a	10,00	
— Mês de janeiro de 1968 — Sessões 1. ^a a 12. ^a (Convocação Extraordinária)	10,00	
— Mês de fevereiro de 1968 — Sessões 13. ^a a 27. ^a (Convocação Extraordinária) — Volume I	10,00	
— Mês de fevereiro de 1968 — Sessões 28. ^a a 34. ^a (Convocação Extraordinária) — Volume II	10,00	
— Mês de março de 1968 — Sessões 1. ^a a 15. ^a (1. ^a e 2. ^a Sessões Preparatórias) — Volume I	10,00	
— Mês de março de 1968 — Sessões 16. ^a a 32. ^a — Volume II	10,00	
— Mês de abril de 1968 — Sessões 33. ^a a 42. ^a — Volume I	10,00	
— Mês de abril de 1968 — Sessões 43. ^a a 62. ^a — Volume II	10,00	
— Mês de maio de 1968 — Sessões 63. ^a a 78. ^a — Volume I	10,00	
— Mês de maio de 1968 — Sessões 79. ^a a 100. ^a — Volume II	10,00	
ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967		
— Antecedentes através do noticiário da imprensa — Volume I	6,00	
— Projeto de Constituição — Tramitação no Congresso (1. ^a fase) — Discussão e votação do Projeto — Volume II	5,00	
— Discursos pronunciados em Sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados — Volume III	5,00	
— Tramitação no Congresso (2. ^a fase) — Discussão e votação das Emendas ao Projeto — Promulgação da Constituição — Vol. IV — Tomo I	10,00	
— Tramitação no Congresso (2. ^a fase) — Discussão e votação das Emendas ao Projeto — Promulgação da Constituição — Vol. IV — Tomo II	10,00	
— Comissão Mista para estudo do projeto de Constituição — Atas das reuniões Pareceres do Relator-Geral e dos Sub-Relatores — Vol. V	10,00	
— Emendas apresentadas ao Projeto de Constituição — Tramitação — Vol. VI — Tomos I e II	20,00	
— Quadro Comparativo — Constituição de 1967 — Projeto original — Emendas aprovadas — Vol. VII	8,00	
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
— Emenda Constitucional n. ^o 1, de 17-10-1969 (Brochura)	1,00	
Idem (plástico)	2,00	
" (couro)	3,00	
" (pelica)	4,00	
DECRETOS-LEIS — Governo Castello Branco — Legislação Correlata		
(Obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa) — 4 volumes em um total de 2.096 páginas		
(1 a 64) — Volume I	8,00	
(65 a 164) — Volume II	8,00	
(165 a 243) — Volume III	12,00	
(244 a 318) — Volume IV	12,00	
Idem — Obra encadernada	80,00	
DECRETOS-LEIS — EMENTÁRIO — N.^os 1 a 327	1,50	
ATOS E DECRETOS-LEIS — Governo Costa e Silva — Com índices cronológico e por assunto		
— Atos Institucionais 1 a 4 — Atos Complementares 1 a 37 — Decretos-leis 319 a 347, Legislação Citada ou revogada — Volume I	10,00	
— Ato Institucional 5 — Atos Complementares 38 a 40 — Decretos-leis 348 a 409, Legislação Citada ou revogada — Volume II	10,00	
— Atos Institucionais 6 e 7 — Atos Complementares 41 a 50 — Decretos-leis 410 a 480, Legislação Citada ou revogada — Volume III	10,00	
— Atos Institucionais 8 e 9 — Ato Complementar 51 — Decretos-leis 481 a 563, Legislação Citada ou revogada — Volume IV	15,00	
— Ato Institucional 10 — Atos Complementares 52 a 56 — Decretos-leis 564 a 664, Legislação Citada ou revogada — Volume V	10,00	
— Ato Institucional 11 — Atos Complementares 57 a 62 — Decretos-leis 665 a 804, Legislação Citada ou revogada — Volume VI	15,00	

DIREITO DE GREVE

- Trabalho elaborado por Leyla Castello Branco Rangel, Rogério Costa Rodrigues, Leda Maria Cardoso Naud e Norma Izabel Ribeiro Martins.
- 1.ª parte — Histórico: "A Greve no Direito Internacional" — "A Greve no Direito Constitucional Brasileiro".
- 2.ª parte — Legislação — Projeto em tramitação no Congresso Nacional.
- 3.ª parte — Jurisprudência — Pareceres da Consultoria-Geral da República — Edição de 1964 ...

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Organizado por Jardel Nonnonha e Odaléa Martins)

- I PARTE
- a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V
- b) Legislação Complementar — CLXV
- II PARTE
- a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — 1
- b) Julgamentos — 27
- III PARTE
- a) Índice alfabético remissivo — 389
- b) Índice numérico por espécie de processo — 458
- Preço do volume com 680 páginas em brochura ... 30,00
- Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel-bíblia 40,00

ÍNDICE DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

- N.ºs 1 a 20 — março/1964 a dezembro de 1968 ... 1,00

REFORMA AGRÁRIA — 1969

- Tomo I, Tomo II e Tomo III 30,00

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA) — Três volumes com 1.115 páginas.

- Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:
- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação corelata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

Preço dos três volumes 30,00

Cr\$

Cr\$

REFERÉNCIAS DA SÚMULA DO STF

- Súmulas: n.ºs 1 a 20, Volume 1 — 21 a 35, Vol. 2 — 36 a 52, Vol. 3 — 53 a 73, Vol. 4 — 74 a 91, Vol. 5 — 92 a 115, Vol. 6 — 116 a 126, Vol. 7 — 127 a 144, Vol. 8 — 145 a 166, Vol. 9 — 167 a 200, Vol. 10 — 201 a 227, Vol. 11 — 228 a 249, Vol. 12 — 250 a 274, Vol. 13 — 275 a 293, Vol. 14 — 294 a 311, Vol. 15 — 312 a 329, Vol. 16 — 330 a 348, Vol. 17 — 349 a 377, Vol. 18 — 378 a 394, Vol. 19 — 395 a 409, Vol. 20 — 410 a 419, Vol. 21 — 420 a 444, Vol. 22 — 445 a 465, Vol. 23 — 466 a 472, Vol. 24.

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula. No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado).

Preço de cada volume 20,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

- março de 1964, n.º 1 — junho de 1964, n.º 2 — setembro de 1964, n.º 3 (esgot.) — dezembro de 1964, n.º 4 — março de 1965, n.º 5 — junho de 1965, n.º 6 — setembro de 1965, n.º 7 — dezembro de 1965, n.º 8 (esgot.) — março de 1966, n.º 9 (esgot.) — junho de 1966, n.º 10 (esgot.) — setembro de 1966, n.º 11 (esgot.) — outubro, novembro, dezembro de 1966, n.º 12 (esgot.) — janeiro a junho de 1967, n.ºs 13/14 (esgot.) — julho a dezembro de 1967, n.ºs 15 e 16 — janeiro a março de 1968, n.º 17 — abril a junho de 1968, n.º 18 — julho a setembro de 1968, n.º 19 — outubro a dezembro de 1968, n.º 20 — janeiro a março de 1969, n.º 21 — abril a junho de 1969, n.º 22 — julho a setembro de 1969, n.º 23.

Preço de cada volume 5,00

OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1969 — N.º 24, CONTENDO:

- 1.ª PARTE: I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria. II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940). III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).
- 2.ª PARTE: Quadro Comparativo: Decreto-lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969 — Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e legislação corelata.

Número especial 10,00

NOTA: A distribuição destas publicações foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Avenida Graça Aranha, 26.

Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Edited by Senado Federal

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS:

— março n.º 1 (1964)	5,00
— junho n.º 2 (1964)	5,00
— setembro n.º 3 (1964)	esgotada
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	5,00
— setembro n.º 7 (1965)	5,00
— dezembro n.º 8 (1965)	esgotada
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INF. LEGISLATIVA DE 1 A 10, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro/novembro/dezembro número 12 (1969)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— junho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	5,00
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

ANO VI — N.º 21 — Janeiro a Março de 1969 — Preço: 5,00
Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO FINANCEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Ministro Altomar Baleeiro

COLABORAÇÃO

O DIREITO PENAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Prof. Luiz Vicente Cernicchiaro

COLABORAÇÃO

ABUSO DE PODER DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1) A importância das comissões parlamentares de inquérito. 2) Textos sobre o assunto nas Constituições brasileiras e estrangeiras (Estados Unidos, Itália, França, Alemanha, Bélgica, Japão). 3) Delimitação da competência das comissões. 4) As Leis números 1.579, de 1952, e 4.595, de 1964. 5) Os poderes das comissões parlamentares de inquérito vistos pelo STF e pela Suprema Corte americana. 6) Abuso de poder de inquirir. 7) Conclusão.

COLABORAÇÃO

O TRIBUNAL DE CONTAS E AS DELIBERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DA LEGALIDADE DAS CONCESSÕES

Sebastião B. Affonso, Diretor no Tribunal de Contas da União.

Concessões de aposentadoria, reformas e pensões:
— Competência constitucional do Tribunal de Contas — Efeitos jurídicos do julgamento da legalidade — Natureza e revisão dessas decisões — Recurso ao Congresso Nacional.

COLABORAÇÃO

CONTROLE FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS

Heitor Luz Filho, Advogado

DOCUMENTAÇÃO

SUPLENCIA

Norma Izabel Ribeiro Martins, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

I — Constituição de 1967. II — As Constituições anteriores. III — Renúncia: — alguns casos de renúncia de suplentes: a) Padre Constantino Vieira; b) Senador José Feliciano; c) Senador Alô Guimarães. IV — Afastamento do exercício do mandato — convocação de suplentes: a) Senador Nereu Ramos; b) Senador Afonso Arinos. V — Provocação de perda de mandato por suplente: — Deputado Adelmar da Costa Carvalho. VI — Incompatibilidade: — Senador Antônio Jucá; — Dr. Mário Pinotti. VII — Ineligibilidade. VIII — Legislação.

PESQUISA

O PARLAMENTARISMO NA REPÚBLICA

Sara Ramos de Figueiredo, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

— Ato Adicional — Atribuições do Presidente da República — Gabinete Tancredo Neves — Indicação do Sr. San Thiago Dantas para Primeiro-Ministro — Indicação do Sr. Auro Moura Andrade para Primeiro-Ministro — Gabinete Brochado da Rocha — Gabinete Hermes Lima — Leis Complementares e Delegadas — Críticas ao parlamentarismo — Revogação do Ato Adicional — Plebiscito — Emenda Constitucional n.º 6, de 1963.

ANO VI — N.º 22 — Abril a Junho de 1969 — Preço: 5,00

Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO PROCESSUAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

COLABORAÇÃO

TRATAMENTO JURÍDICO DAS REVOLUÇÕES

Dr. Clóvis Ramalhete

Teoria sociológica das Revoluções. — O fato ajurídico da força. — O fato e a norma. — A eficácia dos editos revolucionários e sua legitimação. — Direito revolucionário. — Direito de resistência e Estado de Direito. — Tratamento preventivo das Revoluções no Direito Interno. — No Direito Internacional. — Direitos Fundamentais e Revolução. — Convenção de Estocolmo, da Cruz Vermelha. — A Corte Européia e o caso Lawless.

COLABORAÇÃO

O NEGÓCIO JURÍDICO INTITULADO "FICA" E SEUS PROBLEMAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

I — Introdução. II — Valor e Fórmula dos Usos e costumes no Direito. III — As Res Mancipi em Roma.

IV — Primórdios da Pecuária Mato-Grossense. V — Origens do Negócio Jurídico "FICA". VI — Conceito e Evolução do "FICA". VII — Espécies de "FICA". VIII — Compra e Venda a Entregar. IX — Nota Promissória Pecuarista. X — Parceria Pecuária. XI — Interpretação do Contrato. XII — Simulação. XIII — Depósito. XIV — Ação Executiva e Reivindicatória. XV — Conclusões.

COLABORAÇÃO

DOS RECURSOS EM AÇÕES ACIDENTÁRIAS

Paulo Guimarães de Almeida, Procurador do INPS

PROCESSO LEGISLATIVO

VETOS — LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Jésse de Azevedo Barquero, Orientador de Pesquisas Legislativas e *Santyno Mendes dos Santos*, Diretoria de Informação Legislativa.

1.º Capítulo

— Legislação (de 1889 a 1969)

2.º Capítulo

— Apreciação dos vetos

- 1 — Cisão de voto
- 2 — Cisão de voto parcial
- 3 — Cisão de voto total

4 — Convocação do Senado Federal no intervalo das sessões legislativas para deliberar sobre matérias de sua competência exclusiva, dentre elas "a apreciação dos vetos do Prefeito do Distrito Federal"

5 — Decurso de prazo

6 — Prazo para preclusão do voto

7 — Prazo para pronunciamento sobre voto

8 — Prazo do voto — interrupção (sessão legislativa convocada para fim especial — interpretação)

9 — Razões do voto

DOCUMENTAÇÃO

REGULAMENTO DAS PROFISSÕES: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO — ECONOMISTA

PESQUISA

CAPITAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Ilvo Sequeira Batista, Diretoria de Informação Legislativa

I — Histórico da Legislação; II — Conceituações III — O Capital Estrangeiro na Constituição de 1967; IV — Depoimentos na CPI sobre Transações entre Empresas Nacionais e Estrangeiras; V — Discursos; VI — Conclusões.

ANO VI — N.º 23 — Julho a Setembro de 1969 — Preço: 5,00

Sumário:

COLABORAÇÃO

DA FUNÇÃO DA LEI NA VIDA DOS ENTES PARAESTATAIS

Rubem Nogueira, Deputado Federal, Professor Titular de Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica da Bahia.

COLABORAÇÃO

DO PROCESSO DAS AÇÕES SUMÁRIAS TRABALHISTAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1 — Constituições rígidas e flexíveis. 2 — Conceito de constitucionalidade. Presunção de constitucionalidade. 3 — Origens. Marshall e a inconstitucionalidade das leis. 4 — O Controle no Brasil. As Constituições: de 1824 à Emenda Constitucional n.º 1. A legislação pertinente. 5 — Inconstitucionalidade em tese. Sistemas de controle. 6 — O S.T.F. e o controle. A função do Procurador-Geral da República. A liminar. Desistência. 7 — A inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça. Prejudicial de inconstitucionalidade. A decisão do juiz singular. 8 — Os efeitos da declaração. O papel do Senado. Apreciação pelo Tribunal de Contas. 9 — Constitucionalidade de tratado ou acordo.

COLABORAÇÃO

DISPONIBILIDADE GRÁFICO-EDITORIAL DA IMPRENSA ESPECIALIZADA

Prof. Roberto Átila Amaral Vieira, Chefe da Divisão Editorial do Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro.

I. Introdução; II Ausência de Informação; III. Problemas Peculiares à Imprensa Especializada; IV. Tendências da Indústria Gráfica; V. Conclusões.

DOCUMENTAÇÃO

A PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL

I — Emenda Constitucional n.º 1, de 1969. Constituição do Brasil de 1967. II — As Constituições anteriores. III — O Projeto de Constituição e as emendas apresentadas ao seu texto no Congresso Nacional. IV — Resolução do Congresso Nacional n.º 1, de 1967. V — Pareceres de Juristas: 1 — Alfredo Buzaid; 2 — Frederico Marques; 3 — José Loureiro Júnior; 4 — Lafayette Pondé; 5 — Miguel Reale; 6 — Paulino Jacques; 7 — Pontes de Miranda. VI — Comentário da Imprensa. VII — Mandado de Segurança impetrado pelo Senador Auro Moura Andrade contra Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, para assegurar ao imetrante, Presidente do Senado Federal, a direção das Sessões conjuntas do Congresso Nacional. Decisão do Supremo Tribunal Federal (integral). — Audiência de Publicação de 27 de agosto de 1969).

DOCUMENTAÇÃO

INCOMPATIBILIDADES

Sara Ramos de Figueirêdo, Orientadora de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

I — Conceito. II — As incompatibilidades nas Constituições brasileiras. III — Casos de incompatibilidades: 1 — Incompatibilidade do mandato de Senador como o exercício do cargo de Prefeito — Senador Lino de Mattos — Senador pelo Estado de São Paulo, eleito para o cargo de Prefeito da capital do mesmo Estado — 1955; 2 — Incompatibilidade do mandato de Senador com o exercício do cargo de Governador: a) Senador Moysés Lupion — Senador pelo Estado do Paraná, eleito para o cargo de Governador do

mesmo Estado — 1956; b) Senador Dinarte Mariz — Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, eleito para o cargo de Governador do mesmo Estado — 1956. IV — Compatibilidade do mandato de Senador com o cargo de Vice-Governador de Estado: Senador Arthur Bernardes Filho — Senador pelo Estado de Minas Gerais, eleito Vice-Governador do mesmo Estado — 1955. V — Compatibilidades e incompatibilidades do mandato com o exercício de missões diplomáticas: 1 — Indicação n.º 5, de 1951 (de caráter geral), do Senador Mozart Lago (consulta à Comissão de Constituição e Justiça; Parecer n.º 396, de 1952, da C.C.J.); 2 — Senador Assis Chateaubriand, nomeado Embaixador Especial e Plenipotenciário junto ao Governo da Grã-Bretanha; 3 — Vigência da Constituição de 1967; Senador Auro Moura Andrade, nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Espanha. VI — Compatibilidades: 1 — Escola Superior de Guerra; 2 — Cargo consultivo e efetivo em instituição de caráter público.

DOCUMENTAÇÃO

A PROFISSÃO DE JORNALISTA

Fernando Giuberti Nogueira, Orientador de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

ANO VI — N.º 24 — Outubro a Dezembro de 1969
Preço: Número Especial — 10,00

COLABORAÇÃO

INCONSTITUCIONALIDADE DE DECRETOS-LEIS SOBRE INELEGIBILIDADES

Josaphat Marinho, Senador — Professor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.
1 — Decreto-Lei n.º 1.069. 2 — Decreto-Lei n.º 1.063. 3 — Emenda Constitucional n.º 1 e vacatio legis. 4 — Importância da complementação da Lei. 5 — A Constituição de 1967 e a Emenda n.º 1. 6 — Atos Institucionais. 7 — Derrogação e ab-rogação. Atos nulos. 8 — Segurança nacional. 9 — O S.T.F. e o conceito de Segurança Nacional. 10 — O S.T.F. e o Decreto-Lei n.º 314. 11 — Eleições municipais em parte da Federação. 12 — Constituição, decreto-lei e lei delegada. 13 — Inelegibilidades e lei complementar. 14 — Partilha do poder de legislar: delimitação. 15 — Conclusão.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO PODER JUDICIÁRIO AMERICANO E BRASILEIRO

Prof. *Paulino Jacques*

COLABORAÇÃO

"MANDATUM IN REM SUAM"

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

O escopo da criação do Tribunal de Contas. O pensamento de Rui Barbosa. As tentativas anteriores de criação do Tribunal de Contas. As Constituições bra-

sileiras (1824 a 1967). Os problemas da consolidação do Tribunal como instituição. Relação com os outros Poderes. Função jurisdicional. As contas anuais do Executivo federal, estadual, municipal e do D.F. Controle externo e interno. As alterações feitas pelos Decretos-Leis n.ºs 200 e 900. A legalidade das apontadoras e pensões.

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1.ª PARTE: I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria. II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940). III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª PARTE: Quadro Comparativo: Decreto-Lei número 1.004, de 21 de outubro de 1969 — Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e legislação correlata.

Aos Srs. Criminalistas, Juristas e Militantes Forenses

O n.º 24 da "Revista de Informação Legislativa" traz amplo estudo sobre o "Código Penal", compreendendo um quadro comparativo, em que são cotejados, em todos os seus dispositivos, o Código Penal vigente e o que terá vigência a partir de 1.º de agosto. Em notas, são assinaladas as alterações sofridas pelo Código Penal de 1940 e a legislação correlata.

DISTRIBUIÇÃO

As obras publicadas pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA são distribuídas pelo SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL a:

- órgãos estatais
- Assembleias Legislativas
- Câmaras de Vereadores
- Prefeituras
- bibliotecas públicas
- universidades
- faculdades de Direito
- Embaixadas
- Confederações e Federações de Indústria, Comércio e Agricultura
- autoridades (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)

Particulares

Os pedidos devem ser endereçados, acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — Praça dos Três Poderes — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

PREÇOS:

	Cr\$
Número Especial	10,00
Número Avulso	5,00
Número Atrasado	6,00
Assinatura Anual	
Via Superfície	20,00
Via Aérea	40,00

**JURISPRUDÊNCIA
DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**"REFERÊNCIAS DA
SÚMULA DO STF"**

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

NO 10.º VOLUME O ÍNDICE COMPLETO POR MATERIA. — O 20.º VOLUME CONTÉM OS ENUNCIADOS DAS NOVAS SÚMULAS N.ºs 473 A 551. — O 21.º VOLUME CONTÉM O REGIMENTO INTERNO DO STF (ATUALIZADO)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS JÁ PUBLICADOS, ATÉ O MOMENTO: 24 VOLUMES.

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

A quem devem ser endereçados os pedidos:

**No Rio de Janeiro: Praia do Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.
Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.**

(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA

1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4
 ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37
 DECRETOS-LEIS N.os 319 a 347 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço Cr\$ 10,00

4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.os 8 E 9
 ATO COMPLEMENTAR Nº 51
 DECRETOS-LEIS N.os 481 A 563 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 38 A 40
 DECRETOS-LEIS N.os 348 A 409 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço Cr\$ 10,00

5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 52 A 56
 DECRETOS-LEIS N.os 564 A 664 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.os 6 E 7
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 41 A 50
 DECRETOS-LEIS N.os 410 A 480 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 57 A 62
 DECRETOS-LEIS N.os 665 a 804 e LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço Cr\$ 15,00

7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
 ATOS INSTITUCIONAIS N.os 12 A 17
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 63 A 67
 DECRETOS-LEIS N.os 805 A 851
 LEGISLAÇÃO CITADA

Preço: Cr\$ 10,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal.

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia do Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.

Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Anais da Constituição de 1967

Os **ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967**, obra elaborada pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impressa pelo **Serviço Gráfico do Senado Federal**, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionais face ao problema da outorga, eleição de uma Assembleia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo, remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, aparelhos, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices deste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendiados em um volume final de Índice Geral.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. — (2 tomos) — Preço Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação das páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Vol. com 282 páginas — Preço Cr\$ 8,00.

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A quem deve ser endereçados os pedidos.

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 Avenida Graça Aranha, 26.

Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11. (Atende pelo Serviço de Recolhimento Postal.)

Nôvo Código Penal

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao novo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.^a parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.^a Parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.^º 1.004, de 21-10-69
— Decreto-lei n.^º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

A Revista, ao preço unitário de Cr\$ 10,00, pode ser solicitada ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Praça dos Três Poderes — Caixa Postal n.^º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

Nota: Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20